

A CLASSE OPERÁRIA



PROLETÁRIOS
DE TODOS
OS PAÍSES
UNI-VOS



Metalúrgicos, professores, estudantes e sem-terra realizam manifestações nacionais e enfrentam a política neoliberal do governo de FHC. Para o dia 10 de novembro está marcada paralisação nacional dos trabalhadores



Onda de protestos contra FHC



Fogos na comemoração dos 50 anos da entrada de Mao na capital chinesa

China: Viva a revolução!

Trabalhadores de todo o mundo comemoraram os 50 anos da revolução socialista da China. No Brasil foram realizadas várias solenidades, inclusive uma sessão solene da Assembleia Legislativa de São Paulo, por iniciativa dos depu-

tados comunistas Jamil Murad e Nivaldo Santana. Cerca de 400 pessoas compareceram à sessão, inclusive a cónsul geral da China, Huo Shuzhen, o cónsul comercial Wang Qing Yuan, e representantes de Cuba, Vietnã e México; o presidente do

PCdoB, João Amazonas, parlamentares e dirigentes de entidades democráticas e populares. Leia sobre as comemorações e o significado da revolução chinesa e os avanços conquistados pelos trabalhadores chineses nas páginas 7 e 8

Marcha pela educação, Marcha Popular pelo Brasil, campanha nacional dos metalúrgicos, paralisação nacional convocada para 10 de novembro pelo Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania... Após a Marcha dos 100 Mil multiplicam-se os protestos contra o governo de Fer-

nando Henrique Cardoso. A política neoliberal, de favorecimento ao capital monopolista internacional, enfrenta a resistência popular em sucessivas jornadas de luta. Até no Supremo Tribunal Federal o governo enfrenta barreiras à sua política antipopular.

Leia nas páginas 3 e 6

PCdoB ganha de Fernando Henrique e PSDB na Justiça

O Tribunal Superior Eleitoral deu ganho de causa ao PCdoB, no julgamento do mérito da ação movida pelo presidente Fernando Henrique e o PSDB contra o programa em cadeia nacional de TV e rádio do Partido. Os ministros do TSE consideraram que "nada mais se fez que manifestar a opinião do Partido sobre temas de natureza política, não tendo havido desvirtuamento das finalidades do programa destinado à propaganda partidária."

Em seu voto, o ministro Maurício Corrêa referiu-se ao trecho em que FHC é compa-

rado com Silvério dos Reis, considerando "que essas expressões são utilizadas exatamente dentro do programa do Partido Comunista do Brasil como bandeira contra o pagamento de dívidas e juros exagerados. Ora, essa crítica não pode deixar de ser levada a um programa de televisão, fora da campanha eleitoral, para marcar a posição do partido? Todos sabemos que o presidente da República, à época da campanha eleitoral, levantava sempre os cinco dedos da mão e enumerava as metas do seu programa de governo, relativamente à saúde, educação etc., o que não impede de criticar-se o que não foi cumprido. Num programa partidário, não pode o partido explorar essas promessas do presidente que não foram cumpridas? Parece-me que sim."

O PSDB fez uma segunda representação contra o PCdoB, junto à Grande Corregedoria Geral Eleitoral sob o nº 1494/99, ainda na Procuradoria Geral Eleitoral, aguardando parecer.

Os comunistas se preparam para as eleições de 2000

PCdoB debate a estratégia a ser adotada no pleito municipal do ano que vem. O Partido recebeu a adesão de milhares de novos militantes e defende uma política de alianças ampla contra o neoliberalismo. Em algumas capitais, os comunistas

apresentam candidaturas próprias para a Prefeitura. Leia sobre as filiações na página 2 e artigo do vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, sobre a importância de preparar o Partido para as eleições do ano 2000 na página 4

Está pronto o primeiro módulo do vídeo elaborado pelo Instituto Maurício Grabois (IMG) e Centro de Estudos Sociais (CES). "De quem é o Brasil" tem as participações dos atores Francisco Milani e

Gianfrancesco Guarnieri. Junto com o vídeo, estão sendo elaboradas apostilas. Sindicatos e entidades interessadas devem entrar em contato com Arli (0_11 3107 3093 - IMG) ou Antônia (0_11 289 1496 - CES)



PCdoB

Mais de 2.000 novos filiados ao PCdoB no Rio de Janeiro

WEVERGTONBRITOLIMA

Do início do ano até agora, o PCdoB no Rio de Janeiro conseguiu mais de 2.000 filiações. A direção estadual elaborou, em janeiro, o Plano Integrado de Construção Partidária, colocando como uma das metas principais a filiação. Essa iniciativa intensificou a atuação do Partido nas lutas contra o governo FHC. Desde *out-doors* até panfletos foram usados. Foram tomadas medidas para a criação, crescimento e fortalecimento das direções intermediárias. Foram realizados cursos (Ciforma) mobilizando 140 participantes. Houve um esforço no sentido de aprimorar nossa arrecadação financeira. A 10ª Conferência Estadual (30 de julho a 1º de agosto) reuniu 2.004 militantes na base contra 794 em 1997, ou seja, um crescimento de 152%. Foi a maior já realizada no Estado desde a reorganização do PCdoB.

Expressivo ato de abertura

No dia 30 de julho mais de 700 pessoas lotaram o auditório do 9º andar da ABI para o ato político em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, que foi a abertura da 10ª Conferência. Estiveram presentes todos os partidos de oposição, secretários e autoridades do Estado, parlamentares e lideranças estudantis, sindicais e populares. A mesa de abertura contou com as presenças da vice-governadora Benedita da Silva (PT), representando o governador Garotinho; do deputado Paulo Ramos, representando o PDT; do presidente estadual do PSB, deputado Alexandre Cardoso; do vice-presidente regional do PT, Wiliam Campos; da presidenta do

PCB, Zuleide Farias de Mello; do então secretário estadual de Cultura, Adriano Aquino; do secretário estadual de Energia, Petróleo e Indústria Naval, Wagner Vicer, do subsecretário estadual de Segurança, Luis Eduardo Soares; do vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo; da presidenta estadual do PCdoB, Ana Rocha; da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ); do deputado estadual Edmilson Valentim (PCdoB/RJ), dentre outros.

Durante a 3ª Conferência Municipal da Cidade do Rio pela primeira vez foi eleita uma direção na Capital graças à campanha de filiação que fez com que o Partido atingisse a meta prevista no Estatuto para a legalização de um Comitê Municipal.

Filiação de lideranças

Diversas lideranças entraram no Partido. O vereador Paulo Maia, de Teresópolis (ex-PSB); o diretor da AEPET (Associação dos Engenheiros da Petrobrás), Sidnei Granja; o presidente da FAETEC (Fundação de Amparo às Escolas Técnicas), Carlos Azevedo; o presidente do Sport Club Mackenzie, Eugênio Freire Bastos; o presidente do Clube Cassino Bangu, Afonsinho; a coordenadora do CEOM (Centro de Orientação à Mulher Zuzu Angel), Marisa Gasparly.

Em setembro, em reunião com a deputada federal Jandira Feghali, 14 marítimos – líderes de 10 sindicatos da categoria – aderiram à causa comunista. Os distritais e municipais estão programando atingir a meta de 4.450 novos filiados até o final do ano. No dia 27 último, em Angra dos Reis, 29 novos militantes ingressaram no PCdoB.

Presença destacada no Ceará

A presença do PCdoB na cena política do Ceará é cada vez mais destacada. O excelente desempenho eleitoral nas eleições de 1998, com a reeleição do deputado federal Inácio Arruda como o mais votado com 124.346 votos e a eleição do vereador Chico Lopes como o deputado estadual mais votado da esquerda, com 48.035 votos, projetou ainda mais o Partido. Em Fortaleza vai ganhando corpo a candidatura a prefeito de Inácio Arruda, apoiada por uma coligação de 6 partidos, e no interior diversas lideranças filiaram-se.

Desde a eleição de 96 a bancada de vereadores do PCdoB praticamente dobrou, saltando de 6 para 11 parlamentares. No total foram 6 novos vereadores, ressaltando que Chico Lopes, vereador até 98, agora é deputado estadual. O primeiro a filiar-se ao partido foi Iracione Nunes, de Tianguá, candidato a deputado estadual no ano passado (obteve mais de 7 mil votos). No início deste ano Augusto Gonçalves, efetivado após a eleição de Chico Lopes para a Assembléia, desligou-se do PT e veio para o PCdoB, garantindo a presença dos comunistas no parlamento municipal. Em seguida o presidente da Câmara Municipal de Jaguaribara, ex-sindicalista Joaquim Carneiro, também filiou-se. No segundo semestre mais três vereadores ingressaram em nossas fileiras: em

Jaguaribe, o médico Fernando Trigueiro Mendes; em Aracati, o pescador da praia de Majorlândia, José Maria Rodrigues de Freitas, o "Seu Badia"; e em Cariré, a presidente da Câmara Municipal, Maria Roseneida Guimarães Ximenes.

Também filiaram-se ao PCdoB lideranças como o ex-vice prefeito de Canindé, o médico Ary Sobral; um dos fundadores e candidato a prefeito do PT em Maracanaú, professor Alencar; o Cacique Venâncio, da tribo Pitaguary, também em Maracanaú; o ex-secretário de Saúde Quixadá, Durval Filho; o diretor do Sindicato dos Médicos do Ceará, Tarcísio Dias, juntamente com outras lideranças de Granja.

Desde a Conferência Estadual, realizada no final de julho, foram criados 17 novos comitês provisórios que, até o fim deste ano, realizarão conferências municipais, saltando de 53 para 70 o total de municípios onde os comunistas cearenses estão organizados. Estamos em cerca de 40% das 184 cidades do Estado, atingindo 67% do eleitorado cearense, ou seja, 2.894.000 eleitores poderão contar com a opção comunista para votar nas próximas eleições. No dia 24 de outubro, um seminário com dirigentes partidários e prováveis candidatos a vereador debaterá nosso Projeto Eleitoral 2000.



Ciríaco, Afonso Gil, Carvalho, o vice-governador Osmar Jr. e Lourdes Rufino

Crescimento partidário no Piauí

O PCdoB no Piauí realizou, no dia 23 de setembro, solenidade para a filiação de 20 pessoas. Dentre os novos filiados destacam-se o promotor de Justiça Afonso Gil Castelo Branco, o presidente do Imepi (Instituto de Metrologia do Piauí), Evaldo Ciríaco, o ator e diretor do Teatro 4 de Setembro, Francisco Pelé, e o diretor de teatro, Airton Martins.

A solenidade contou com a presença de lideranças do PCdoB, como do vice-governador do Estado, Osmar Júnior, e o vereador comunista Anselmo Dias, da presidente da Fundação Cultural, Lourdes Rufino, e de outros militantes comunistas.

O presidente do PCdoB no Piauí, José Carvalho, destacou que as filia-

ções fazem parte de uma campanha que vem sendo desenvolvida desde o ano passado: "Estamos no caminho para nos tornarmos um partido de médio porte".

Para o vice-governador Osmar Júnior, "o PCdoB tem crescido muito e vai crescer ainda mais. E o importante é que temos recebido homens e mulheres com história de luta e trabalho".

O presidente do Imepi, Evaldo Ciríaco, que já foi dirigente do PT, disse que assinou a ficha de filiação do PCdoB devido à sua afinidade com as lutas travadas pelos comunistas piauienses. Para o promotor Afonso Gil Castelo Branco, o PCdoB tem longa tradição de luta democrática.

Adesões ao Partido em Gravataí

O Comitê Municipal do PCdoB em Gravataí, Rio Grande do Sul, realizou dia 30 um dos maiores atos de filiações dos últimos meses. Foram 60 novos filiados num ato político na Câmara de Vereadores.

O PCdoB em Gravataí integra o governo da Frente Popular, com PT e PDT, e dirige a Secretaria Municipal da Saúde, através do camarada Neio Lúcio Fraga Pereira, desde dezembro. Entre os novos filiados figuram líderes comunitários e o suplente de vereador Jarbas Tavares, que concorreu pelo

PTB no último pleito.

Gravataí localiza-se na Grande Porto Alegre (30 km da capital) e está se transformando num dos maiores pólos automotivos do país, a partir da instalação da General Motors. Conforme estudos de fundações e universidades do Rio Grande do Sul, o município, que hoje detém o 9º PIB do Estado, deverá nos próximos 2 anos ficar com o 3º ou 4º lugar. O PCdoB, dirigido pelo médico Marcelo Leone, tem uma forte atuação em vários movimentos populares, especialmente nas áreas da habitação e saúde.

Bahia aumenta bancada de vereadores

Mais dois vereadores se filiaram ao PCdoB: Claudionor Nunes do Nascimento, vereador de Eunápolis, e Eridivaldo Costa, vereador de Guaratinga.

Ex-PDT, Claudionor está em seu segundo mandato no município. Na última eleição, foi o vereador mais votado de Eunápolis, com 909 votos, contra os 270 obtidos no seu primeiro mandato. Também alcançou votação expressiva quando se candidatou a deputado estadual em 1998, registrando 5.933 votos no município. Cláudio, como é conhecido, é um dos nomes cogitados para candidato a prefeito da frente das oposições em Eunápolis.

Eridivaldo Costa, estava sem partido. Agricultor com atuação destacada na área rural, vai reforçar a presença do Partido na Câmara de Vereadores local, que já conta com o trabalho de Eronildes Soares, também recentemente filiado ao PCdoB.

Em 3 de setembro, ocorreu a filiação da vereadora Libânia Torres ao PCdoB de Curaçá. Sindicalista atuante na área da Justiça, pertencendo há

18 anos à direção do Sinpojud, Libânia cumpre seu primeiro mandato parlamentar, tendo sido eleita com 286 votos pela legenda do PSDB. A vereadora é presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Curaçá, criada por solicitação dela e que já vem realizando várias investigações sobre abusos praticados contra cidadãos na cidade.

Candidata do PCdoB em Salvador

A deputada estadual do PCdoB, Alice Portugal, é a indicada pela direção do Partido para disputar a Prefeitura da capital baiana na eleição de 2000.

A constituição de uma ampla frente agregando todos os partidos de esquerda, com uma única candidatura a prefeito e chapa única para as vagas do Legislativo, é defendida pelo PCdoB. "Alice Portugal é mais uma opção para a construção e fortalecimento deste projeto. É isso que vamos defender", afirma Daniel Almeida, presidente estadual do Partido.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - **Edição:** Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP) **Edição em HTML:** Gabriela Mendonça. **Editória Eletrônica:** Sandra Luiz Alves. **Administração:** Francyroze de Andrade Matarazzo. Publicação mensal da *Empresa Jornalística A Classe Operária* - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 0 11 3106 0412 - PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

NACIONAL

Mau tempo abala o Planalto

LUIZCARLOS ANTERO

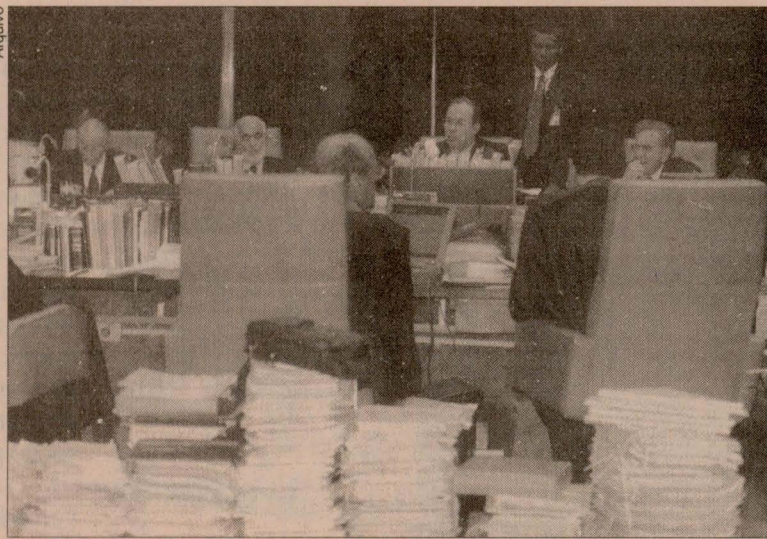
O veto do Supremo Tribunal Federal à taxação dos servidores aposentados e ao aumento da contribuição previdenciária dos servidores ativos abalou o Planalto e gerou embaraços para o governo Fernando Henrique quanto ao ajuste fiscal exigido pelo FMI.

O governo conseguiu aprovar no Congresso Nacional a contribuição (de 11%) dos inativos e a elevação das alíquotas (progressivas, de 11% a 25%) para os salários dos servidores. A ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pediu a declaração de inconstitucionalidade (ADIN) das duas medidas ao STF, que acatou a proposição. A decisão foi unânime e envolveu o ministro Nelson Jobim, nomeado por FHC.

O governo quer insistir na cobrança rejeitada pelo STF, enviando até o final de novembro Projeto de Emenda Constitucional ao Congresso que inclui cobrança de contribuição dos militares e, por tabela, pretende confiscar os servidores inativos. Desde logo, FHC aglutinou a base governista para aprovar seu projeto que mudou a base de cálculo dos benefícios da Previdência Social, após a rejeição do substitutivo da deputada Jandira Feghali (leia artigo abaixo). O presidente esbarra na difícil alternativa de taxar sonegadores e agiotas do capital financeiro que se escondem nos paraísos fiscais.

Pacote da submissão

Hoje, é mais visível o profundo grau de submissão do governo brasileiro ao capitalismo internacional. Antes dessa crise, mesmo os líderes governistas que foram a uma reunião do Palácio do Planalto discutir com FH e a equipe econômica cortes orça-



Decisão do Supremo Tribunal Federal surpreendeu o governo

mentários da ordem R\$ 2,4 bilhões encontraram um raivoso ministro Pedro Malan, que reagiu com veemência às ponderações de que havia dificuldades no Congresso para novas medidas impopulares. O senador Jader Barbalho, líder do PMDB, propôs uma taxa sobre as remessas de dinheiro para o exterior. O ministro reagiu exasperado.

Mas, depois da decisão do STF, que teria gerado uma perda de receita estimada em R\$ 2,38 bilhões, o governo anunciou um pacote de medidas que inclui os cortes de R\$ 1,2 bilhão no Orçamento da União para o próximo ano, aumento dos impostos pagos pelas empresas (mais R\$ 1,2 bilhão), elevação do Imposto de Renda sobre operações financeiras e modificações na legislação tributária atual. Assustado, FHC tentou passar a idéia de que as verbas sociais seriam preservadas do corte orçamentário anunciado por Malan e Fraga. Mas a população será atingida inapelavelmente pela elevação das tarifas de telefone e energia elétrica, entre outras conseqüências previsíveis.

O presidente da Federação

das Indústrias Estado de São Paulo, Horácio Lafer Piva, expressou o ânimo geral: "todos atônitos". Na Câmara dos Deputados, vários parlamentares manifestaram a indignação da sociedade.

O deputado José Roberto Batochio (PDT/SP) afirmou: "não é possível que o cidadão que se dedicou 30 ou 35 anos ao trabalho tenha de novamente recolher tal desconto, mediante prática de estelionato pelo Estado. Várias vezes o governo desperdiçou R\$ 3 bilhões com banqueiros mal sucedidos que desviaram grandes fortunas para paraísos fiscais."

População sacrificada

O líder da bancada do PCdoB na Câmara, Aldo Rebelo (SP), definiu a reação do governo à altiva atitude do STF: "O pacote editado pelo governo federal significa mais uma vez buscar recursos para os credores externos sacrificando a economia e a população. Com exceção da taxação da remessa de juros para o exterior, as outras medidas evitam taxar o capital financeiro internacional, o que mostra que in-

teresse defende o governo FHC".

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que admitiu mais de uma vez no Congresso a existência de duas centenas de empresas - até mesmo bancos - e cerca de R\$ 850 bilhões no país fora do alcance do fisco, não sabe como prever o impacto de outras pretensas medidas, a exemplo da tributação sobre as remessas de recursos para o pagamento de juros de operações externas.

O aumento da carga tributária das empresas deverá acontecer em fevereiro de 2000. Quanto às operações financeiras, os aumentos de alíquota são mais elásticos (2000 a 2002), para não assustar os agiotas. A alíquota de Imposto de Renda sobre aplicações de renda variável sobe de 10% para 15% em janeiro de 2000, mas não inclui as operações em Bolsas de Valores e fundos de ações, tratadas com um vago aumento de alíquota (de 10% para 20%) apenas em 2002. Para chantagear os empresários e a base governista, Malan diz que a manutenção das medidas depende do sucesso das mudanças na Previdência dos servidores.

Portanto, FHC não pretende cobrar sacrifício dos beneficiários de seu Plano Real, mas submeter os Estados e unificar a base governista para golpear definitivamente a Constituição, liquidando de vez com o pacto federativo, com a independência dos poderes, consagrando sua ditadura civil constitucional e demonstrando efetivamente que a liberdade na economia de mercado pertence aos agiotas do grande capital. Em seu governo, a evasão fiscal no Brasil continuará como a mais alta do mundo e, portanto, a mais confiável para o FMI, com os trabalhadores afixando sua receita.

Reforma política sofre derrota na Câmara

ALDO REBELO*

De nada adiantou a ofensiva governista para aprovar a chamada reforma política, visando as eleições de 2000. Depois de o Senado Federal aprovar a toque de caixa a proibição de coligações nas eleições proporcionais e a chamada cláusula de barreira, a Câmara dos Deputados impediu a manobra. A tentativa de golpe contra os partidos de esquerda ficou para uma próxima oportunidade.

O governo queria enfraquecer ou acabar com as siglas que lhe fazem oposição. A tentação de governar sem oposição ficou bem demonstrada quando o PSDB e o governo buscaram proibir o programa de televisão que veiculava as críticas do PCdoB a FHC. Foi necessário que a Justiça lembrasse ao presidente que o controle da informação no país ainda não alcançou o nível por ele pretendido.

Insatisfação popular

A coalizão conservadora que sustenta o atual esquema de poder tem noção do desastre eleitoral que se avizinha com as próximas eleições municipais. O que mais assusta as elites é a possibilidade de uma pequena ou mesmo média força eleitoral galvanizar a insatisfação popular e a rejeição aos que conduzem o processo de destruição econômica, social e moral do Brasil.

Ao aprovar, no Senado Federal, o projeto que proibiria coligações nas eleições proporcionais do próximo ano, setores governistas erguiam a bandeira da governabilidade, do fim das legendas de aluguel, da redução do número de legendas e do fortalecimento de partidos. Tudo jogo de cena, porque trataram de manter as coligações majoritárias, que fortalecem as grandes legendas.

União ampla

É igualmente falsa a idéia segundo a qual a mudança na legislação fortalecerá os partidos. A história demonstra que as experiências baseadas no condomínio de poucas legendas monopolizando o poder, mergulharam o país em impasses dos quais só se saiu através de rebeliões, golpes de força ou as duas coisas combinadas.

Quando assegura aos partidos o direito a fusão e incorporação, por exemplo, a Constituição opõe um veto explícito a qualquer tentativa de restrição de iniciativas eleitorais por parte dessas organizações. Apenas a união ampla de forças democráticas contra a reforma política conservadora pode assegurar, futuro promissor aos direitos democráticos duramente alcançados pelo povo brasileiro.

*Aldo Rebelo deputado federal (SP) e líder do bloco PC do B/PSB

Meia vitória

JANDIRA FEGHALI

Após a aprovação do Projeto de Lei n.º 1.527/99 não posso deixar de me sentir um pouco vitoriosa. Pude perceber durante todo o processo da discussão, que apesar do voto favorável de 301 deputados federais, a consciência da gravidade das alterações propostas estava presente em todos eles.

O argumento do déficit, mesmo que fosse verdadeiro, não justifica o desrespeito ao texto constitucional e, muito menos, a promoção da maior política de redução de benefícios já vista em nossa história. Não podemos falar em Previdência, mas sim em Seguridade ao tratarmos de arrecadação e despesa. O governo tem colocado como centro de suas argumentações a iminente implosão do caixa da Previdência. Apresenta à sociedade dados que distorcem a realidade e se mostram inadequados à tentativa de provar o chamado déficit. Ressalto aqui alguns pontos levantados em

meu parecer e incorporados pelo substitutivo do deputado Jorge Alberto (PMDB/SE).

A inclusão dos trabalhadores avulsos na categoria de contribuinte individual foi fortemente combatida em nosso relatório. Ao ser equiparado à situação do autônomo, o trabalhador avulso teria alterado a sua forma de contribuição, que passaria a ser por meio do carnê individual. Se mantida a redação do projeto, o seu direito previdenciário passaria a depender exclusivamente da sua capacidade individual de guardar esses comprovantes. Hoje, esse ônus é de responsabilidade solidária: trabalhador e órgão gestor de pessoal.

Além disso, atualmente sua contribuição é proporcional ao seu salário, tal qual o empregado. Na categoria de contribuinte individual, sua contribuição seria de 20%, podendo ser reduzida para 11% se a empresa não sonegar a previdência. A proposta não só aumenta os encargos do trabalhador avulso



Jandira: seguridade solidária

como também condiciona a sua contribuição ao adimplemento da obrigação atribuível à empresa. Esta foi a primeira das grandes conquistas de nosso relatório, mas não foi a única.

No que se refere a licença maternidade, hoje o pagamento é feito pelas empresas, efetivando-se a compensação quando do recolhimento das contribuições sobre a folha de salários. A proposta do governo previa que o pagamento se desse diretamente pelo INSS. Pretendia retirar o amparo legal que é garantido às seguradas que recebem este benefício, no caso do não pagamento pela empresa.

No texto aprovado, a carência foi exigida apenas das seguradas que passariam a ser cobertas pelo benefício, autônomas e empresárias, e o tempo foi reduzido de doze para dez meses. A alteração da fonte pagadora, lamentavelmente, foi mantida.

Quanto ao cálculo do benefício, não pudemos avançar. O objetivo claro da proposta é a implantação de um novo modelo, a previdência privada. Os trabalhadores que serão empurrados para o grande mercado segurador não devem chegar a ele cegos à intenção do governo. Nossa tarefa é impedir a legalização de uma profunda redução de benefícios de quem ganha na maioria 3 ou 4 salários mínimos, e combater o que é inaceitável: que o Estado passe a mãos privadas o que é sua obrigação.

Defendemos a Seguridade Social solidária, não o seguro social. Defendemos uma Previdência Pública abrangente. Estamos atentos e atuantes à votação no Senado e já conduzindo a Ação Direta de Inconstitucionalidade para o Supremo Tribunal Federal.

*deputada federal (PCdoB/RJ)

NACIONAL

Eleições 2000 – batalha política fundamental

RENATORABELO*

Na atualidade o Partido Comunista do Brasil está empenhado na realização de duas tarefas fundamentais, que se relacionam: 1) a intervenção política, cujo centro encontra-se na firme e decidida oposição ao governo FHC; 2) o trabalho de construção partidária que, na fase atual, consiste na aplicação do Plano Integrado de Estruturação partidária.

Nossa ação política manifesta-se através da consolidação e ampliação da Frente Democrática e Popular, tendo em vista a construção de um movimento cívico em Defesa do Brasil, e do continuado esforço para levar adiante a mobilização e a organização populares. Ao mesmo tempo, devemos começar a definir objetivos e tomar iniciativas preparatórias visando a participação do Partido nas próximas eleições municipais.

Tendência eleitoral favorável à oposição

O pleito eleitoral do próximo ano abarcará todos os municípios do país. Cerca de 90 milhões de eleitores comparecerão às urnas. Ele se reveste de importância política decisiva porque compreende a luta eleitoral de base, a participação das lideranças mais próximas do povo, a escolha de prefeitos das cidades mais importantes em todos os Estados. A partir de então, se definirá o potencial de cada Partido, delineando a correlação de forças entre eles para a eleição geral e presidencial de 2002. Cabe ao Partido compreender a dimensão dessa luta política, definindo justa orientação e medidas, considerando principalmente a possibilidade de acúmulo de forças políticas e organizativas que esse tipo de pleito permite.

A evolução da situação nacional descreve uma crise multilateral em agravamento, concentrando em seu desenvolvimento explosivos fatores de instabilidade política. A relação de confiança e credibilidade entre a maioria da população e o governo FHC vai se quebrando irremediavelmente. O movimento oposicionista se amplia em vários pólos. Seguindo essa tendência, as eleições municipais de 2000 poderão de um lado realizar-se num contexto de acentuado declínio das forças situacionistas, cujo centro é o governo FHC e, de outro lado, de crescimento das forças oposicionistas em geral e de esquerda em particular.

Objetivos e nível da batalha eleitoral municipal

Diante da particularidade do curso político em andamento e conforme o estágio atual de construção partidária, pode-se situar quatro objetivos fundamentais a serem perseguidos pelo Partido nas próximas eleições. **Primeiro**, estender a sua força eleitoral, dobrando o contingente de vereadores eleitos em 1996, ocupando onde for possível posições nas eleições majoritárias de prefeitos e vice-prefeitos. **Segundo**, crescer a militância, elevando e estendendo a organização partidária, ampliando a ligação do Partido com as massas populares. **Terceiro**, derrotar, no âmbito de cada município, as forças políticas apoiadoras do governo FHC. **Quarto**, contribuir para a unidade e a vitória nas eleições municipais das forças oposicionistas, democráticas, patrióticas e populares.

Os objetivos expostos são possíveis



Ato contra FHC: unir a luta geral à específica na campanha municipal

de serem alcançados. Das eleições municipais de 1992 para as realizadas em 1996, o Partido conseguiu dobrar o número de vereadores eleitos, numa conjuntura política menos favorável à oposição do que a vivida atualmente. Também o crescimento da influência política partidária e a consolidação de lideranças em vários municípios importantes propiciam maiores possibilidades para o lançamento de candidaturas viáveis a prefeito e vice-prefeito em determinadas capitais e cidades do interior. Ademais, comparando-se com o período referente ao ano de 1996, o Partido hoje ampliou o seu contingente, expandiu-se pelo interior, apesar de ainda estar pouco estruturado em municípios pólos (dos 652 municípios onde o Partido realizou suas Conferências Municipais, metade são micro cidades, com menos de 20 mil eleitores). Recentemente cresceu em todos os Estados o número de filiados e aderentes ao Partido. Além disso, o Plano de Estruturação em andamento vem revertendo a concepção espontaneísta que prevalecia na construção partidária, resultando em maior elevação do nível orgânico e de planejamento do Partido.

Entretanto, para se alcançar os objetivos propostos torna-se essencial a definição de justa orientação a seguir no próximo pleito, a qual deve estar baseada na dimensão da força eleitoral e na capacidade de intervenção política partidária atual, comparada com a de outros partidos concorrentes, e no tamanho dos quocientes eleitorais a serem alcançados nas eleições de 2000 (quocientes e linhas de corte deverão ter elevado crescimento em relação a 1996, em especial nos municípios que passarão a ter votação eletrônica).

Deve-se levar em conta a trajetória eleitoral do Partido desde 1996. Comparando-se o quociente eleitoral dessa época em cada cidade, a conclusão é que foi possível ao Partido eleger vereadores apenas nos 4 municípios em que lançou nominatas próprias (Quissamã/RJ, Angra dos Reis/RJ, Parasi/SP, Jaú/SP) e mais Manaus/AM, e ficou próximo somente em Fortaleza/CE e Goiânia/GO. Esta comparação com a força eleitoral de 1998 (levando-se em conta os votos de deputados federais), considerando-se evidentemente as características próprias das eleições de 1998 que são distintas das eleições municipais, indica que se pode eleger vereadores com quociente eleitoral próprio apenas nas seguintes capitais: Fortaleza/CE, Manaus/AM, Florianópolis/SC, Salvador/BA, Goiânia/GO

e, de certa maneira, poder-se-ia ficar próximo em Belo Horizonte/MG e Rio de Janeiro/RJ. Além disso, poderia atingir-se quociente eleitoral próprio nas seguintes cidades: Xanxerê/SC, Florianópolis/PI, Maracanaú/CE, Caicó/RN, Caucaia/CE, ficando próximos em Anápolis/GO e Itapipoca/CE. Pode-se afirmar também que esse universo de municípios pode ser ampliado, se se considerar algumas cidades em que há possibilidade de apresentar um número mais vasto de candidatos a vereador, realizando ao mesmo tempo forte propaganda na legenda do Partido. Porém, mesmo assim, esse universo não se estenderia muito e em várias cidades nas quais poderíamos eleger mais de um vereador por meio da coligação proporcional, com nominatas próprias, dificilmente atingiríamos esse patamar.

Outra situação comumente referida é que o lançamento pelo Partido de candidaturas viáveis a prefeito permitiria elevar o número de vereadores eleitos pela legenda partidária. A experiência contida em múltiplos exemplos demonstra que esse efeito não é automático. Prefeitos ou governadores se elegem, e suas legendas ficam, muitas vezes, restritas a um ou dois vereadores ou deputados. Um melhor resultado está mais relacionado com a existência de bons "puxadores" de voto na chapa proporcional e com a capacidade de reunir recursos financeiros necessários para a campanha da maioria dos candidatos apresentados.

Orientação para as eleições municipais de 2000

Em suma, diante das reais condições políticas e eleitorais do Partido e admitindo projeções mais realistas, o Partido encontra-se num estágio de correlação de forças que não permite ainda a apresentação de candidaturas próprias a prefeito ou alcançar quociente eleitoral próprio como regras gerais. Assim, a orientação a ser seguida nas próximas eleições de 2000 deve ter o seguinte delineamento:

a) lançar candidaturas a vereador (pré-candidatos) no âmbito de cada município, buscando estabelecer coligações progressistas, democráticas e populares, concentrando toda votação partidária em um ou poucos candidatos. Neste último caso, estabelecer prioridade, visando garantir a eleição daquele que tenha melhores condições de vitória. Escolher dentre os partidos coligados para prefeito a composição que permita uma "linha de corte" mais favorável a fim de eleger

os candidatos do Partido (a lei 9504/97 está mantida e permite a forma de coligação parcial dentro de uma mesma coligação);

b) lançar candidaturas a prefeito e vice-prefeito onde seja possível contribuir para a unidade da Frente Democrática e Popular ou, em caso contrário, onde haja impossibilidade de formar a Frente, servindo a candidatura majoritária do Partido para a constituição de coligações parciais, ou ainda no caso de não existir nenhuma condição de concretizar coligação proporcional;

c) apresentar nominatas próprias de vereadores do Partido onde esteja esgotada qualquer possibilidade de coligação proporcional, tendo como centro uma candidatura majoritária partidária ou de outro partido aliado, conforme as condições específicas e, neste caso, empreendendo forte campanha na legenda do PCdoB (número 65).

A política de realizar as coligações proporcionais e concentrar as candidaturas de vereadores nas próximas eleições, em termos gerais, ainda desempenha a função mais eficaz de acumulação de forças, levando-se em conta o quadro político e partidário atual. Na concretização das coligações deve-se manter a independência partidária, estabelecendo-se condições que correspondam aos nossos interesses. A fisionomia do Partido deve ser preservada, utilizando-se todos os meios de divulgação no pleito municipal para anunciar nossas palavras de ordem e debater nossas idéias e propostas com os eleitores.

Em sintonia com as principais tendências que se manifestam no quadro político atual, o Partido deve intervir na mobilização do povo para o pleito do próximo ano, levantando as três grandes bandeiras que sintetizam os mais importantes anseios de mudança da maioria da população brasileira – defesa do Brasil, da democracia e do trabalho –, juntamente com os temas mais urgentes, produtos do impacto da política neoliberal na estruturação das cidades. Os problemas mais reclamados pelo povo no âmbito dos municípios grandes, médios e pequenos devem ter destaques relevantes na plataforma eleitoral dos candidatos do Partido. O debate eleitoral porém não deve se fixar apenas nas questões locais mas, ao mesmo tempo, desmascarar suas causas e origens como consequências do modelo político dominante, manifestando uma posição de denúncia, com base na situação concreta, não deixando de apresentar nossas propostas de mudanças.

A política de alianças do Partido para o período atual – conjunção de forças e tendências contra a política neoliberal do governo de FHC, tendo em seu núcleo a Frente Democrática e Popular – deve ser aplicada considerando-se as características das eleições municipais. Dificilmente poderíamos estabelecer uma coligação preferencial com determinado Partido em plano nacional ou até mesmo nos marcos da maioria das regiões do país, porque a realidade política é bastante desigual e diferenciada entre os vários municípios de um mesmo Estado. Devemos celebrar coligações, prioritariamente, com os partidos da Frente mas, conforme a particularidade de cada município, com outros partidos democráticos e populares progressistas e de oposição a FHC.

*vice-presidente do PCdoB

Um FMI filantrópico?

SÉRGIO BENASSI*

Em meio a todas as controvérsias e crises aparecem os presidentes do FMI, Michel Candessus, e do Banco Mundial, James Wolfensohn, divulgando relatório sobre o desenvolvimento mundial seguido de discursos considerados bombásticos. Estes senhores, subitamente acometidos de elevada consciência e sensibilidade social, concluíram que “a pobreza, ainda presente, é intolerável”. Propuseram dar respostas estratégicas a esta situação, “erradicando a pobreza e humanizando a globalização”. Revelaram dados do relatório que não deixam dúvidas sobre a perversidade do modelo neoliberal adotado sob seu próprio comando em todo o mundo. O desastre é universal (ver tabelas).

As conclusões divulgadas pela mídia foram exatamente aquelas apontadas pelos críticos do modelo. Aumento de pobreza e exclusão, arrocho e superexploração do trabalho, aumento do desemprego, queda nos PIBs nacionais e internacional, concentração de renda nos países ricos e também nos segmentos sociais mais ricos, aumento do protecionismo dos países ricos contra os dependentes e pobres.

Afirmam no relatório que a batalha do desenvolvimento está perdida e o mundo andou para trás. É importante ressaltar que os dados do relatório não incorporam todos os efeitos da crise asiática e as demais que se seguiram, inclusive a brasileira de 1998.

O consenso de Washington e o modelo neoliberal, patrocinados pelo FMI e BM, apresentaram um balanço de resultados que pode ser resumido numa palavra: fracasso.

Na página de capa do relatório tem um frase: “Banco Mundial 2000 – Nosso sonho é um mundo livre de pobreza”. Leitor, não ria por favor, o caso é grave.

Demagogia e realidade

Mas a atitude de carpideiras do capital financeiro internacional é mais forte que o papel de cães de guarda destes interesses? Cabe aos setores opositores deste modelo de submissão nacional acalentar ilusões numa pretensa guinada na orientação destes organismos internacionais?

O próprio relatório desfaz esta hipótese. O núcleo duro da proposta do Consenso de Washington (popularmente chamado por FHC de “rumo”) não se altera um milímetro. Ao contrário, já estão produzindo novo fetiche técnico para não explicar nada e muito menos mudar algo. O problema agora é combinar adequadamente globalização e descentralização ao nível dos municípios porque, segundo afirma o documento, juntos, eles podem tanto revolucionar a situação quanto levar ao caos e aumento do sofrimento humano.

É claro que já estão apontando os erros na condução da descentralização como a explicação para aumento da pobreza. O Brasil até mesmo é apontado



Catadores de comida no lixo: política ditada pelo FMI aprofunda miséria em todo o planeta

tado como um exemplo do mau uso da descentralização empobrecedora, caótica e inibidora do crescimento. Estudaram o caso Brasil e concluíram que foi “desastroso”; um exemplo negativo para os “países emergentes”.

A excessiva transferência de recursos para os municípios, mantendo as responsabilidades do governo central afirmadas na Constituição de 88, é apontada como desastre.

Em outras palavras, a “nova” abordagem indica claramente o esfacelamento contínuo das políticas sociais do governo federal, com cortes e desmontes impiedosos, política fiscal que concentra ainda mais os recursos para o pagamento dos juros. Portanto, não há mudanças. O rumo é o mesmo, apesar do teatro de solidariedade com os pobres.

Nada mais claro para derubar as ilusões que a frase transcrita do relatório: “O governo federal precisa demonstrar seu compromisso (de controle fiscal), permitindo que um Estado entre em inadimplência e deixando-o negociar um acordo com os credores. Assim que os credores privados perceberem que os Estados carregam este risco, irão restringir os empréstimos, apesar dos apelos dos governantes”.

FHC, Malan *et cetera* aplaudem de pé isso tudo. Vão fazer a lição de casa e manter o rumo. Teremos de pagar, no ano 2000, R\$ 143 bilhões de juros somados à rolagem de R\$ 633 bilhões da dívida interna. Fez a conta? R\$ 776 bilhões, ou seja,

77% do PIB. O salário mínimo vai aumentar 4%, ou seja, R\$ 5,50.

Comparou? Avança Brasil! Ao abismo...

Perversidade tem lógica

Anualmente, tanto o FMI quanto os presidentes do G7, se reuniam para constatar consternados entre um brinde e outro de champagne que o desemprego era o “mal do século”. E o maldito desemprego não parou de aumentar. Depois passaram a comunicar no final dos jantares comemorativos do fim do encontro que, com o coração partido, constatavam que os “excluídos” cresciam e era preciso que a globalização cuidasse deles. A globalização relapsa não o fez e os excluídos aumentaram. Agora, os mesmos senhores, ao final de outra reunião, também com direito a jantar e champagne, comunicam que a pobreza é intolerável. Mas ela vai aumentar, eles mesmos afirmam.

Por que é assim? Que engrenagem maldosa é esta que moe continuamente carne humana em tanto sofrimento? Por

que esta gente poderosa não muda esta situação?

Sérgio Miranda, deputado federal PCdoB-MG, sintetizou bem a contradição desta gente falsa e hipócrita: Não há como servir a dois senhores ao mesmo tempo (veja na **Classe Operária** nº 180). Ao contemplar o mercado financeiro, o povo está necessariamente excluído. Esta é a lógica, a lei geral do processo. Os dirigentes destes organismos não podem servir a dois senhores. Ou garantem os juros aos banqueiros internacionais e os lucros dos grandes monopólios ou defendem a humanidade contra este modo de produção, libertam-na da escravização assalariada e ajudam a enterrar o próprio sistema capitalista. Coisa impensável.

Continuaremos a vê-los anualmente reunidos, fazendo declarações mentirosas sobre mudanças como o recente “FMI filantrópico”. O próprio presidente do FMI, após uma boa gargalhada, disse que só os jornalistas amadores acreditam nesta possibilidade.

* vereador PCdoB Campinas-SP

Pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia

Total 1987	1,2 bilhões
Total 1998	1,5 bilhões (25% do planeta)
Previsão 2015	2 bilhões
Previsão 2000	3 bilhões (com até US\$ 2 por dia)

Outros dados interessantes

Desigualdades nacionais	Renda 1º semestre 99 EUA equivale a renda de 2,5 bilhões de pessoas por ano na China, Rússia, Brasil e Índia. (UNCTAD)
Países ricos:	crescimento em 98 – 2,2 bilhões
Países em desenvolvimento:	crescimento em 98 – 0,7% (exceto China)
Economia Mundial em 99	2%

Na grande SP (SEADE)

10% mais ricos	40% da renda total
10% mais pobres	1% da renda total
5% mais ricos	23% renda total

População favelada passou de 6,5% em 1994 para 9,1% em 1998
– Distribuição da Renda é grotesca, segundo a ONU.

1870	Renda dos 20% mais ricos era sete vezes maior que os 20% mais pobres
1960	Renda dos 20% mais ricos era trinta vezes maior que os 20% mais pobres
1997	Renda dos 20% mais ricos era setenta e quatro vezes maior que os 20% mais pobres

– Três multimilionários têm renda maior que 600 milhões de pobres.

Países ricos

20% da população mundial,
86% do PIB mundial,
82% exportações mundiais,
68% investimento direto estrangeiro.

Brasil:

20% mais pobres com 2,5% de renda,
20% mais ricos com 63,4% de renda.

Evolução do Salário Mínimo Real e do PIB per capita no Brasil

Ano	PIB Per Capita	Salário Mínimo
1940	100	98,02
1950	135,69	39,84
1960	195,19	100,30
1970	264,83	68,93
1980	476,12	61,78
1990	455,61	29,09
1998	498,49	26,55

Fonte: Dieese, IBGE

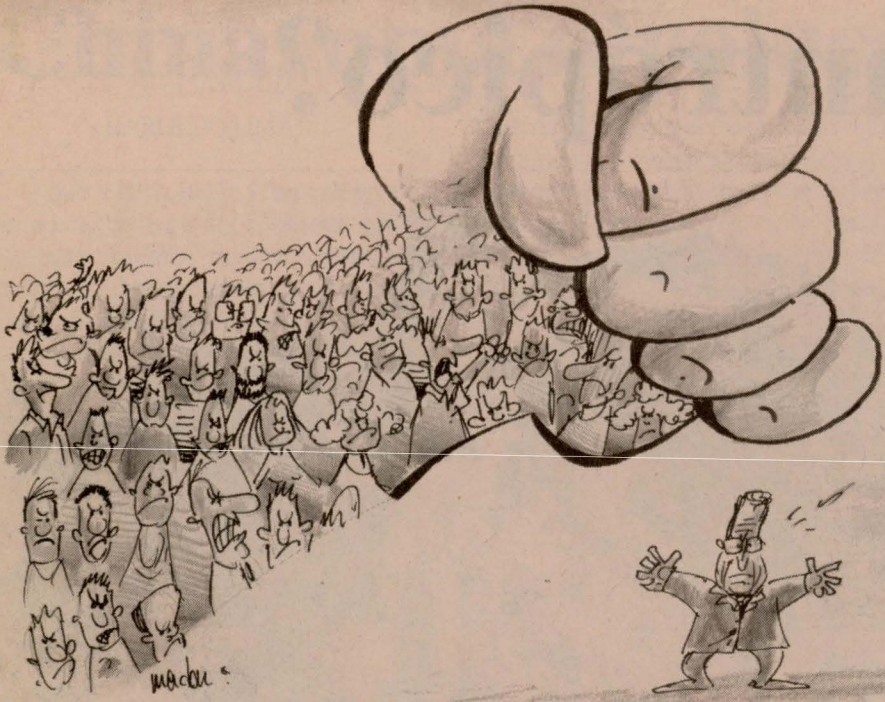
Distribuição dos Benefícios por Faixa de Valor

Faixa de Valor em Salário Mínimo	Porcentagem do Número de Benefícios pagos	Porcentagem do Valor dos benefícios Pagos
Até 1 salário mínimo	67%	35%
De 1 a 2 salários mínimos	10,5%	8,3%
De 2 a 5 salários mínimos	13,8%	24,6%
Maior que 5 salários mínimos	8,7%	32,1%

Fonte: MPAS – Boletim Estadual da Previdência – Volume 4, Número 02

– 91% dos aposentados recebem até 5 Salários Mínimos e consomem 68% dos benefícios.

MOVIMENTO



10 de novembro, protesto em defesa do Brasil

PASCHOAL CARNEIRO*

Em conjunto com o Fórum Nacional de Luta (FNL), a direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) convocou para 10 de novembro um Dia Nacional de Paralisação e Protesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho. Os dirigentes da Central avaliaram que existe um clima favorável à paralisação nas bases, devido ao crescente descontentamento com a política de arrocho e desemprego do governo FHC, assim como em outros segmentos da sociedade, que devem ser mobilizados para engrossar as manifestações. Os organizadores vão procurar o apoio de outras centrais sindicais, da OAB, ABI, CNBB e os mais amplos setores da sociedade.

Com a inflação (que, especialmente na ausência de uma política salarial, significa arrocho) e desemprego em alta, redução de direitos previdenciários e trabalhistas e crescente precarização dos contratos e condições de trabalho, os trabalhadores têm motivos de sobra para protestar. Embora nem todas as categorias exibam um nível de organização adequado, um esforço redobrado das lideranças poderá viabilizar um movimento muito mais amplo que os ensaios anteriores de greve geral no país, até mesmo porque a revolta no chão das fábricas não é coisa pequena.

A manifestação não deve ficar restrita aos assalariados. É preciso envolver a parcela do empresariado nacional

que vem sendo vítima tanto do processo inédito de desnacionalização quanto dos juros altos e outras iniquidades da política econômica neoliberal de FHC; assim como o movimento dos sem-terra e dos produtores rurais, estudantes, donas de casa, trabalhadores informais e outros segmentos sociais.

Com este caráter, o Dia de Paralisação e Protesto Nacional em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho será um desdobramento lógico do movimento contra o governo FHC, que ganhou uma nova dimensão após a greve dos caminhoneiros, a Marcha dos 100 Mil e outras marchas a Brasília, mais recentes, promovidas pelos trabalhadores em educação, estudantes e MST.

O movimento sindical joga um papel destacado nesta luta. Dentro dele, os comunistas e a Corrente Sindical Clássica (CSC) vêm dando uma contribuição significativa. Na paralisação convocada para 10 de novembro, a CSC deve desempenhar um papel ainda mais proeminente, principalmente no setor de transportes em São Paulo, que atualmente representa a espinha dorsal de qualquer greve geral.

Conscientes da necessidade de pôr um fim a este governo entreguista e antipopular de FHC, os sindicalistas clássicos e os comunistas têm a obrigação de empenhar toda energia na organização e mobilização das bases para o sucesso desta batalha que dará novo impulso à campanha do FORA FHC.

*Secretário de Políticas Sociais da CUT

UJS comemora os 15 anos

No mesmo local em que foi fundada, em uma tarde de sábado, em 22 de setembro de 1984, a União da Juventude Socialista comemorou os seus 15 anos de luta. Muitos jovens e ex-militantes e dirigentes da organização lotaram o Plenário Teotônio Vilela da Assembléia Legislativa de São Paulo, dia 24 de setembro.

O presidente da UJS, Orlando Silva, e a presidente da UJS/SP, Renata Mielli, presidiram o ato. Deram seus depoimentos o primeiro coordenador-geral da entidade, deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP), vários ex-dirigentes da UJS e o presidente nacional do PCdoB, João Amazonas.

Entremeadas por apresentações artísticas de poesia, teatro e rap, as palavras dos oradores enfatizaram a esperança e a confiança na juventude na perspectiva socialista. Os ex-presidentes da UJS foram

homenageados com uma placa. Aldo Rebelo, Rovilson Brito, Manoel Rangel, Jorge Panzera e Ricardo Abreu (Alemão) fizeram uso da palavra. Foram lembradas as lutas que marcaram a história da juventude e do próprio país, como a campanha das Diretas Já, a do voto aos 16 anos, a defesa da Amazônia, do primeiro emprego, dentre tantas outras; e momentos aparentemente simples, mas de grande significado para uma organização juvenil como a UJS, como o pichamento de um monumento fascista recuperado por Jânio Quadros — que rendeu, na época, uma noite na cadeia para os ousados militantes.

João Amazonas, além de destacar momentos do passado da entidade, reafirmou a necessidade da luta atual pelo socialismo, demonstrando que, sob o capitalismo, os jovens não tem futuro.

Os desafios dos secundaristas no Congresso da Ubes

Nos dias 12 a 15 de novembro, em Goiânia (GO), ocorrerá o 33º Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes). A carioca Juana Nunes, presidente da entidade e uma das coordenadoras do movimento UBES PARA TODOS, falou à **Classe Operária**.

Classe: Quais as maiores polêmicas nos debates de preparação do 33º Congresso?

Juana: A primeira é a própria realização da etapa estadual. Alguns setores afirmam que as etapas estaduais inibem a participação dos estudantes. Isso é objetivamente contrariado pelas etapas realizadas até o momento. Nelas o contingente dos estudantes participantes tem sido ampliado, os debates têm sido mais focalizados sobre os problemas dos Estados e a organização local do movimento; tudo isso sem abandonar os debates mais gerais sobre a conjuntura do país e a situação nacional da educação. Há outras polêmicas como a quota de no mínimo 50% das vagas das universidades públicas para os estudantes das escolas públicas. Nós defendemos essa proposta porque ela democratiza o acesso ao conhecimento a parcelas excluídas pelo atual sistema.

Classe: Como foi a gestão dos 50 anos da entidade?

Juana: Procuramos ter uma visão mais completa das chamadas "reformas educacionais" do governo FHC. Engrossamos as fileiras do movimento político e social contra o desmonte do Brasil promovido por Fernando Henrique. Procuramos também elevar e qualificar mais os fóruns da nossa entidade. Neste período realizamos o 6º Seminário Nacional de Educação, que atualizou nosso entendimento e crítica sobre o conjunto das políticas educacionais do Banco Mundial (BIRD), implementadas no Brasil pelo governo de Fernando Henrique. Realizamos o Coneg (Conselho Nacional de Entidades Gerais) com a participação de mais de 200 entidades municipais e estaduais de todo o Brasil. Realizamos as comemorações dos 50 anos da Ubes e editamos a revista *Ubes 50 Anos: ainda tem gente que diz que isto é coisa de criança...* que marcou a primeira vez que se tentou contar nossa história. Realizamos, também um ato político com a presença de todos os ex-presidentes vivos da Ubes no Rio de Janeiro, na sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa). Tivemos importante papel no Fórum Nacional de Educação e na articulação do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania e Soberania. Nos envolvemos no abaixo-assinado para incriminar FHC e participamos ativamente da mobilização e da Marcha dos 100 Mil, dia 26 de agosto em Brasília. Participamos, ainda, do encontro da OCLAE (Organização Continental Latino-americana e Caribenha de Estudantes), que reuniu 11 países na cidade de Havana, em agosto deste ano. Ampliamos nossa articulação com organizações e instituições nacionais e internacionais, como a UNESCO. Tivemos avanços importantes nas finanças da entidade, especialmente no controle e distribuição das carteirinhas, incluindo vários novos benefícios aos estudantes. Entramos em ação contra o governo federal exigindo o cumprimento da lei do Fundef (Fundo Nacional de Valorização e Desenvolvimento



Juana: Ubes próxima das escolas

do Magistério) e a complementação dos recursos destinados aos Estados. Organizamos grêmios do Oiapoque ao Chui...

Classe: Quais as principais lutas políticas dos estudantes brasileiros e as principais campanhas em andamento?

Juana: A principal luta é a campanha Fora FHC. Participamos no dia 6 de outubro da marcha em defesa da educação em Brasília. Iremos realizar um grande ato político na etapa final de nosso Congresso, reunindo amplos setores democráticos, populares e comprometidos com a soberania nacional. Estamos em plena campanha educacional *Não deixe a escola pública virar privada*, que traz as sínteses dos debates realizados no VI Seminário e nossas propostas para a educação pública no Brasil. Está em andamento a campanha *A Ubes é massa*. As etapas estaduais do 33º Congresso fazem parte dessa campanha — é justamente a materialização da idéia do movimento ter maior organicidade.

Classe: Quais as principais preocupações do movimento UBES PARA TODOS nessa reta final que antecede o 33º Congresso e as orientações gerais para a militância?

Juana: É fundamental dar atenção às metas estabelecidas para cada Estado. O cumprimento delas garante nossa participação na etapa final com o êxito esperado. Então é importante os militantes do movimento UBES PARA TODOS não deixarem as eleições dos delegados para a última hora. É fundamental elevar o nível dos debates e aprofundar o entendimento das propostas com todos os delegados.

Classe: Como estão as etapas estaduais?

Juana: É visível o êxito alcançado nas etapas já realizadas, até mesmo em Estados onde o movimento não tinha grande organicidade. Roraima, por exemplo, teve uma etapa estadual com 50 estudantes e 20 delegados — um Estado que não havia participado do Congresso anterior. O Acre teve uma participação de 150 delegados. A Paraíba teve 450 delegados, envolvendo estudantes de 170 municípios, e reorganizou a histórica Associação Paraibana dos Estudantes Secundaristas (Ape). Isso tem expressando um pouco dos objetivos e do próprio significado do tema UBES PARA TODOS — é a luta para que a Ubes esteja cada vez mais próxima das salas de aula.

INTERNACIONAL



Gore: cobiçando a Amazônia

Ofensiva para desnacionalizar a Amazônia

SABÁRAPOSO

“Os países hegemônicos, particularmente os Estados Unidos, há muito querem se apoderar da Amazônia. Não para preservar o meio ambiente, mas para se apoderar de uma região que contém a maior biodiversidade, maior reserva hídrica e grande potencial energético do planeta sendo fonte de poder futuro.” A afirmação foi feita pela deputada Vanessa Grazzotin (PCdoB/AM), ao se referir à declaração “a Amazônia é do mundo”, feita pelo vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore. Para a deputada, não é possível esquecer o papel de equilíbrio do clima do mundo que a Amazônia desempenha, entretanto é preciso deixar bem claro que a Amazônia é do Brasil e que o governo deve se empenhar para garantir o desenvolvimento da região.

No mesmo sentido das declarações do vice-presidente norte-americano, o general Patrick Hughes, ex-chefe do órgão central de informação das Forças Armadas dos EUA, afirmou que “quando as questões são de meio ambiente, não existem fronteiras”. Enquanto a secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, afirmou: “será prudente entregar para o capital privado internacional a responsabilidade de dotar a região de uma infraestrutura básica, especialmente a de energia elétrica”.

Para a deputada comunista, está evidente uma ofensiva no sentido de desnacionalizar a Amazônia que, infelizmente, conta com a omissão e até conivência do governo brasileiro. “É necessário”, afirmou Vanessa, “que o Brasil discuta e aplique imediatamente projetos que levem o desenvolvimento para a região, garantindo a preservação de nossas florestas e recursos naturais. Mas os recursos públicos há muito tempo não têm sido canalizados para a Amazônia. Recentemente voltei à região da fronteira, a convite do Exército, constatando a mais completa ausência do Estado brasileiro”.

A parlamentar amazonense afirmou que o governo de Fernando Henrique Cardoso não pretende reverter a tendência de abandono da Amazônia, pois o projeto Calha Norte, que além de atividades de defesa tem como objetivo garantir ações sociais, recebeu na proposta orçamentária para o ano 2.000 apenas R\$ 3 milhões, recursos insuficientes para garantir suas ações. “Isso é muito grave, porque o governo pensa e estuda a possibilidade de abrir mão de parte de seu território que é, por sinal, a parte mais rica do planeta”.

No dia 1º de outubro o povo chinês comemorou 50 anos da fundação da República Popular da China. Marco na história da humanidade e na luta pela emancipação dos trabalhadores, a revolução popular, de 1949, liderada por Mao, principal dirigente do Partido Comunista da China (PCCH), fez 1,2 bilhão de chineses ingressar numa era de soberania, em vez de ocupação; desenvolvimento e cultura, em vez de atraso; e transformou um país colonial numa nação soberana e socialista. A data foi comemorada em várias solenidades no Brasil. No dia 8 de outubro, na Assembleia Legislativa de São Paulo, por iniciativa dos deputados Jamil Murad e Nivaldo Santana (PCdoB), foi realizada uma sessão solene.

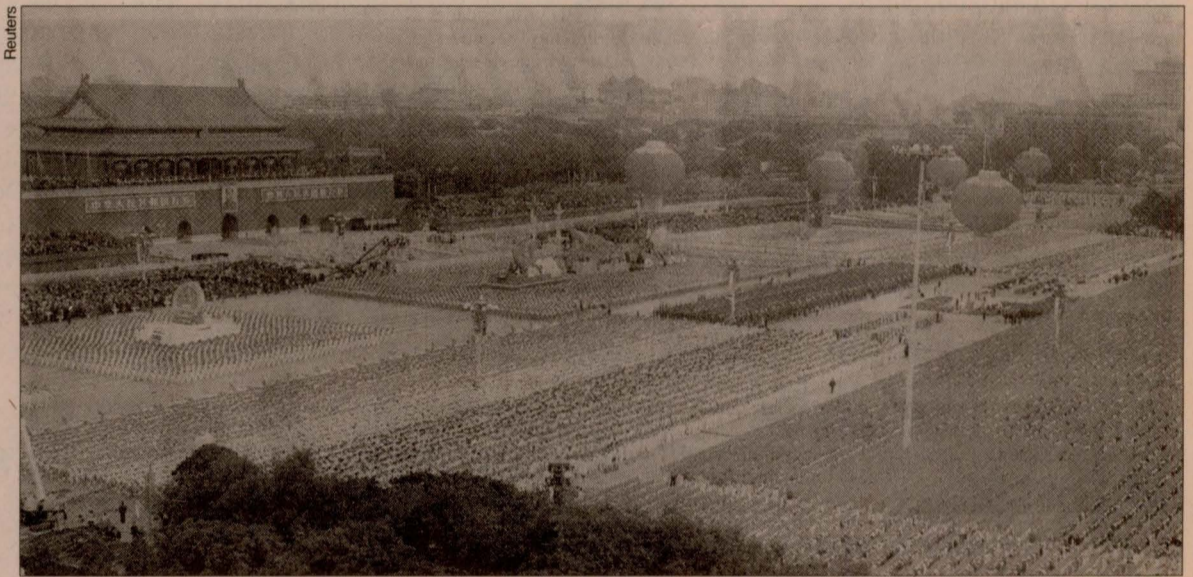
Segundo Jamil Murad, na China “a pobreza está sendo combatida com eficiência atestada pelo Programa da ONU para o Desenvolvimento. O número dos que vivem abaixo do nível de pobreza foi reduzido de 250 milhões para 42 milhões e o governo da China pretende acabar com o problema até o final do ano 2000.”

Nivaldo Santana, por sua vez, destacou que “o socialismo está vivo e dá certo na China e em países como o Vietnã, que está se tornando um pólo de desenvolvimento na Ásia, e na pequena ilha de Cuba, uma combatente, heróica, na luta desigual contra o império dos Estados Unidos. É por causa do socialismo e por adotar política contrária àquela recomendada pelo Fundo Monetário Internacional, que a China é o país que mais cresce no mundo há 20 anos consecutivos. E isso numa época de recessão no mundo capitalista, onde o que cresce é o capital especulativo e os juros extorsivos, que provocam quebra de países, o desemprego e o desespero do ser humano”.

Ato no consulado

Uma delegação do Partido Comunista do Brasil esteve no consulado da China, em São Paulo, dia 28 de setembro, em solenidade de comemoração dos 50 anos da Revolução Chinesa. Dentre os membros do PCdoB estavam João Amazonas, presidente; Renato Rabelo, vice-presidente; José Reinaldo Carvalho, secretário de Relações Internacionais; e Jamil Murad, deputado estadual em São Paulo.

Para o cônsul geral da China em São Paulo, Huo Shuzhen, “50 anos atrás, em 1º de outubro, o presidente Mao, grande líder do povo chinês, hasteou pessoalmente a primeira bandeira vermelha com cinco estrelas na praça de Tiananmen, proclamando solenemente ao mundo a fundação da República Popular da China. Desde então, o povo chinês des-



Comemoração na Praça da Paz Celestial, na capital chinesa, mais de 500 mil participantes

pediu-se da velha época cheia de miséria, caminhando por um rumo brilhante na construção da nova China socialista. Sofrida com tantas humilhações de potências estrangeiras e de flagelos de guerras civis, a China, um grande país do Oriente, passou a ter nova vitalidade.”

Ela enfatizou que, em 1998, “o volume global da economia chinesa aumentou 49 vezes em comparação com 1949, registrando neste período uma taxa média de crescimento anual de 8,3%.” E acrescentou: “A fundação da nova China acabou com a diplomacia de humilhação de cem anos. A nova China tem praticado extremamente a política pacífica de independência, de auto-decisão e dedicado-se à salvaguarda da paz e estabilidade mundial, promovendo o desenvolvimento comum das causas de toda Humanidade e conquistando apreciações e confiança da comunidade internacional. Hoje em dia, a China já estabeleceu relações diplomáticas com mais de 160 países. Como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, o país desempenha um papel cada vez mais importante nos assuntos internacionais.”

Debate na Unicamp

Em Campinas (SP), o Centro de Estudos Marxistas, da Unicamp (SP), debateu dia 5 de outubro os 50 anos da revolução chinesa. Estiveram presentes os secretários de relações internacionais do PT, Marco Aurélio Garcia, e do PCdoB, José Reinaldo Carvalho; e os professores Armando Boito e Maria da Glória Gohn.

José Reinaldo Carvalho destacou que “a revolução chinesa está entre os maiores acontecimentos do século XX e tem feições épicas por sua grandiosidade e envolvimento de milhões de seres humanos, além de exercer formidável influência na história da Humanidade”. Disse que a independência nacional elevou a China ao status de nação soberana – diferente da condição degradante anterior à Revolução; a reu-

nificação do país, com a reconquista de Hong Kong e Macau, e, agora, a possível reintegração de Taiwan. O regime socialista tem como sujeito as amplas massas trabalhadoras, operárias e camponesas, com a direção do Partido Comunista; um magnífico progresso econômico e social (9,9 % de crescimento médio nos últimos 20 anos; PIB acima de 1 trilhão de dólares; superávit comercial de 40 bilhões de dólares/ano; reservas cambiais de 140 bilhões de dólares, somente inferiores às do Japão).

O representante do PCdoB

abordou ainda aspectos teóricos decorrentes da construção do socialismo na China, “que sempre enfrentou uma contradição: o socialismo é uma causa avançada, ao passo que a China iniciou sua construção sob uma base atrasada. Isto torna a construção do socialismo particularmente difícil e complexa, e coloca a tarefa imperiosa à direção chinesa de encontrar o caminho próprio de construção do socialismo conforme as peculiaridades nacionais – que é o fundamento do que os chineses chamam de “socialismo com particularidades chinesas”.

O que mudou em 50 anos

	1949	1998-89
População	540 milhões	1,23 bilhão
Expectativa de vida	35 anos	71 anos
População não-agrícola	27,4 milhões	240 milhões
População urbana (porcentual do total da população)	12,4%	30%
Cidades Grandes	132	668
Profissionais liberais e Técnicos	50 mil	28,7 milhões
Ativos fixos na indústria		
Nanufatureira	US\$ 1,8 bilhões	US\$ 897,4 bilhões
Livros publicados	105 milhões	7,4 bilhões
Editoras	96	566
Jornais	315	2.053
Jornais e revistas	257	7.999
Usuários de telefones fixos	218 mil	87,4 milhões
Nº de telefones (fixos) para cada 100 pessoas	0,05	10,64
Ingresso em escola primária	20%	98,9%
Ingresso em escola secundária	2,7%	87,3%
Ingresso em faculdades/Universidades	117,1 mil	6,4 milhões
Analfabetismo de jovens	50%	5,5%

Produção industrial e agrícola (unidades de 10 mil toneladas)

Aço	15,8	11.559
Petróleo cru	12	16,1 mil
Carvão	3,2 mil	125 mil
Grãos	11.318	49 mil
Algodão	44,4	450

Fontes: Jornal “Diário do Povo”, Exposição “Caminho Glorioso- Exibição das Conquistas do 50º Aniversário da República Popular da China”, Comissão Estadual de Planejamento Familiar da China.

INTERNACIONAL

China, uma revolução que alterou o mundo

HAROLDOLIMA*

O que a Revolução Chinesa promoveu, ao cabo de 50 anos, coloca-a entre os acontecimentos mais marcantes do século XX, dos que mais claramente alteraram o quadro do mundo.

A China era um país devastado por guerras imperialistas feitas para pilhar, expandir território, matar e escravizar homens. Inglaterra, França, Japão, Estados Unidos, Rússia e outras potências desfecharam, somente a partir da Guerra do Ópio, em 1840, centenas de guerras de agressão à China, de diferentes magnitudes e durações. Em 1900, 8 potências, assassinando, saqueando e destruindo, mataram cerca de 900 mil pessoas em Tianjin. A agressão japonesa a partir de 1937 deixou cerca de 31 milhões de vítimas, entre mortos, feridos e definitivamente incapacitados.

Mas a morte e a tortura em escala de massa não foram as únicas formas imperialistas de massacre da população chinesa. A humilhação nacional foi imposta com requintes de bestialidade. Em minha primeira visita à China, em 1974, doeu-me ver em um parque da área de Xangai, ocupada no passado pela França, os dizeres de uma placa ali conservada: "É proibido o ingresso de chineses e cachorros"! Que mundo cão!

E para que a bestialidade assentada na civilização do capital não pudesse de nada se queixar, a brutal e ampla escravidão de chineses completava o séquito dos opróbrios. Estatísticas incompletas dão conta de mais de 12 milhões de chineses, os coolies, vendidos como escravos pelo mundo afora, entre meados do século XIX e meados do século XX.

Daí porque há que se realçar a primeira, radical e brusca alteração ocorrida no mundo com a Revolução Chinesa: desde então, nenhum país imperialista ousou pôr os pés na China, nunca mais ninguém humilhou-a e nunca mais a vida de chineses foi mercantilizada.

A configuração geopolítica do mundo no século que finda também passou por diferentes situações. A Inglaterra era a potência hegemônica quando o século nascia. A Alemanha forçou um espaço vital, assim como o Japão, e profundas derrotas lhes foram infligidas. Os Estados Unidos, depois da II Guerra, desbancaram a Inglaterra e chegaram à posição de maior potência do planeta, polarizando com a ex-União Soviética, que despontara também como força de primeira grandeza. Daí por diante, o mundo viveu décadas de bipolarização e guerra-fria. A débacle do campo soviético, nos anos oitenta, colocou os EUA isolados, arrogantes e intervencionistas, na hegemonia do planeta.

E aí é que, de novo, a cinquentenária Revolução Chinesa promoveu substancial alteração, quanto à localização dos pólos de poder no mundo. A partir dela, a China passou a ser antagonista temido, respeitado, com quem potência alguma queria medir forças. E depois da extinção da URSS, assume agora a posição de único poder na Terra que polariza com os EUA.

Nos albores do século XX surgiu a primeira experiência socialista do mundo, na antiga Rússia, em 1917. Logo se estendeu à antiga União Soviética, e mais à frente, ao Leste europeu. A Revolução Chinesa introduziu na Ásia o novo sistema, que depois chegaria à Coreia e ao Vietnã e, na América, a Cuba. O socialismo demonstrou capacidade enorme de erguer países, transformando em

poucas décadas a Rússia semimedieval em uma superpotência. Mas depois houve inapetência produtiva, burocratismo, estagnação teórica, regressão social, repressão – e o bloco soviético sucumbiu.

A Revolução Chinesa está produzindo, após 50 anos e por tortuosos caminhos, o modelo de socialismo que está permitindo a demonstração prática, na China e em outros países, de que superado não foi o socialismo, mas um de seus modelos historicamente determinados, o soviético, e que o socialismo está de pé, vive e se desenvolve.

Por último, vivemos a época da recessão, da desvalorização do capital produtivo, da depreciação das condições de trabalho. O que cresce é o capital para-

sitário, carregando seu séquito cevado de juros, dívidas, déficits, submissão, desemprego e desesperança.

É extraordinário que um país 8 vezes mais populoso que o Brasil, fazendo o oposto do que pregam o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, o Tesouro americano etc., esteja com sua economia crescendo há 20 anos no nível mais alto do planeta e com sua pobreza sendo combatida com eficiência destacada pelo Programa da ONU para o Desenvolvimento.

Em estudo de grande repercussão, Joseph Stiglitz, economista chefe do Banco Mundial, relatou curiosa simulação feita pelo seu Banco sobre aspectos do desenvolvimento do mundo. Disse: "Se

as 30 províncias da China fossem consideradas como economias nacionais (na verdade muitas delas têm mais habitantes do que grande parte dos países de baixa renda), elas teriam ocupado os primeiros 20 lugares no ranking das economias que mais cresceram entre 1978 e 1995." Seria difícil um acontecimento, como a Revolução Chinesa, ter seu aniversário de 50 anos comemorado com mais eloquência.

*deputado federal (PCdoB/BA) e presidente do Grupo Parlamentar Brasil – China.

50 anos de construção socialista

Sucessivos e coerentes balanços da rica experiência chinesa têm sido feitos pelo Partido Comunista da China, como no 14º Congresso de 1992. Os balanços mostram que, em 1949, realizou-se "a mais grandiosa revolução que se conheceu na China", que estabeleceu "o sistema básico do socialismo", e que foi marcada pela figura de Mao Tse Tung. Com altos e baixos esse período durou quase 30 anos, veio até 1978, quando "outra grande revolução" começou com o objetivo de "transformar a China, socialista mas subdesenvolvida, em um país socialista moderno, próspero, poderoso, democrático e civilizado...". Esta segunda revolução, em andamento, é vinculada ao nome de Deng Xiaoping.

No primeiro período o governo promoveu vasto programa de transformações sociais, socializou as grandes unidades fabris, promoveu a industrialização do país, executou planos quinquenais, nacionalizou a terra, cooperativizou a atividade agrícola e até criou "comunidades populares".

Pelo menos em dois momentos foi truncado o desenvolvimento chinês nesse período: entre 1958 e 1961, no chamado "grande salto à frente", e entre 1966 a 1976, tempo da "revolução cultural". Os dois movimentos foram marcados por exacerbado voluntarismo e intensa e desorientada mobilização da juventude.

Em curso, e já com 20 anos, está o segundo período, caracterizado pela teoria e prática do "socialismo com peculiaridades chinesas". O 13º Congresso do Partido Comunista da China, celebrado em 1987, aprovou uma exposição sistemática sobre essa teoria, fundada por Deng Xiaoping, já desenvolvida nos dois últimos congressos.

A nova teoria começa lembrando que o socialismo, "como o conceberam os fundadores do marxismo", seria construído "sobre a base de um capitalismo altamente desenvolvido" e que "a construção do socialismo em um país oriental tão atrasado... como a China é um tema novo na história do desenvolvimento do marxismo".

Ao observar que as bases de um sistema socialista na China já estão lançadas, há trinta anos, o PC da China realça contudo que, em decorrência do atraso geral do país, o socialismo na China encontra-se em uma "etapa primária".

A etapa primária "não é a etapa inicial pela qual qualquer país tem de passar ao construir o socialismo". Decorre do atraso geral do país, de seu baixo e extremamente heterogêneo nível econômico, social e cultural. Alguns de seus objetivos seriam descabidos caso a sociedade chinesa fosse desenvolvida, como

combater "a pobreza e o atraso"; transformar o "país agrícola" em "país industrial moderno"; "diminuir o desmesurado peso da economia natural ou seminatural, substituindo-a por uma economia mercantil altamente desenvolvida"; "estabelecer e desenvolver, mediante reformas e experimentações, estruturas econômicas, políticas e culturais socialistas plenas de vitalidade...".

A economia, nessa etapa, teria de coexistir com "múltiplas formas de propriedade dos meios de produção", inclusive a propriedade privada e a estrangeira, sob o "predomínio da propriedade social", que também comporta variações diversas. Empresas podem administrar estatais, não tendo sobre elas direito de propriedade, mas de gerência, estabelecido e limitado por contratos de gestão. Na etapa primária do socialismo, a economia será regulamentada por plano e pelo mercado, cabendo "ao Estado regular o mercado e, a este, orientar as empresas".

O princípio fundamental dessa concepção é o da "separação entre o direito de propriedade e o direito de gestão", declarando-se abertamente que "as empresas de propriedade de todo o povo não podem ser operadas por todo o povo e em geral não convém que o sejam diretamente pelo Estado; toda tentativa de impor semelhante prática no passado asfixiou o vigor e a vitalidade das empresas".

O esforço de levar à prática essa teoria tem sido feito através do que os chineses chamam de "reforma e abertura" do esquema montado no período anterior. Papel fundamental na "reforma" é a reestruturação das estatais, de tal maneira que, sem privatizá-las, elas possam se tornar eficientes como base do sistema. O primeiro ministro Zhu Rongji lembrou que o núcleo da economia deve continuar assentado nas estatais, que são 79.000, das quais 500 são "extraordinariamente grandes" e, dessas, só 10% ainda são deficitárias. Zhu Rongji referia-se a estatais digamos federais, porque com as provinciais e as de cântão esse número vai de 200 a 300 mil!

Aspecto importante da "reforma" é o da remuneração do trabalho, da distribuição das riquezas. O 13º Congresso fez contudente crítica à tendência do período anterior ao igualitarismo absoluto na remuneração do trabalho, chamando a atenção de não ser este o princípio básico do socialismo, mas sim o da "distribuição segundo o trabalho", que leva a remunerações diferenciadas. Ao mesmo tempo, "outras formas de distribuição" foram admitidas como "complementares", entre as quais ganhos de empresários privados, lucros dos gestores de



Capa do livro de Haroldo Lima, Duarte Pereira e Severino Cabral sobre a revolução chinesa, publicação da Editora Anita Garibaldi – pedidos pelo telefone: (0__11) 285-1331. Internet: livraria@anitagaribaldi.com.br

empresas estatais, dividendos pagos por sociedades anônimas etc." Todos esses tipos de renda devem ser autorizados, contanto que sejam legítimos." E "legítimo" é o que for regulado por lei aprovada pela "democracia popular", sendo "punido severamente, conforme a lei, quem obtenha lucros por meios ilegais".

A hipótese de enriquecimento maior e mais rápido de indivíduos ou de empresas é admitida e incentivada, como fator dinamizador da economia, devendo-se "evitar excessiva disparidade entre ricos e pobres e persistir na prosperidade comum, com o objetivo de se alcançar a justiça social sem prejuízo da elevação da eficiência".

Os chineses evoluíram na caracterização do tipo de socialismo adequado à sua etapa primária. A forma "economia mercantil planificada socialista", usada no 13º Congresso, deu lugar à "economia socialista de mercado", usada atualmente. Nessa linha de procedimento a China está registrando agora a marca de país que mais cresce no mundo há 20 anos consecutivos, atingindo o índice de 9,7% do PIB de crescimento médio.

Os arautos do capitalismo, quando da débacle do socialismo na URSS e Leste Europeu, apregoaram o fim do socialismo. Mesmo que não existisse um único país socialista no mundo, o ideal libertário do socialismo estaria de pé, extraindo as lições das experiências havidas. Mas a situação é radicalmente diferente quando, entre outras nações menores, a maior nação do planeta persevera no caminho socialista, conseguindo manter a economia em crescimento e a sociedade em desenvolvimento. As lições que estão conduzindo, e desejamos que conduzam, à construção da socialista forma nova de viver.

(H.L.)

PCdoB

Nenhum comunista sem Organização de Base

Insistentemente tem sido destacada a necessidade de organizar as bases do Partido, prioritariamente junto à classe operária e outros setores populares, em seus locais de trabalho, de moradia ou de estudo. Normalmente diz-se que a dificuldade não está em filiar e sim em organizar os filiados através da estruturação das Organizações de Base (OBs). Essa dificuldade é real e tem, entre outras, causas de natureza ideológica e política.

Hoje a militância comunista compõe-se de um contingente de aproximadamente 30 mil camaradas. É ainda pequena a formação teórica, baixo o nível de contribuição financeira, pouca a participação na vida partidária. Essa militância tem uma vida política mais intensa por ocasião das campanhas eleitorais, mas de forma desorganizada.

A estruturação das OBs constitui um dos pilares centrais da atual política de organização do Partido. Nosso objetivo é que sejam milhares de OBs permanentes em prazo médio.

A consciência da necessidade de organizar o Partido nas bases se dá em meio a uma intensa luta ideológica contra idéias burguesas/neoliberais que investem na tentativa de desmoralizar e desacreditar a atividade política de uma maneira geral. Procuram apresentá-la como se fosse única, sem ideologia, feita por partidos políticos iguais, como algo que só se faz em benefício próprio, em prejuízo dos interesses do povo e distante de sua realidade. Pretendem com isso disseminar a indiferença e o desinteresse entre os trabalhadores para que eles não se mobilizem e não se organizem politicamente.

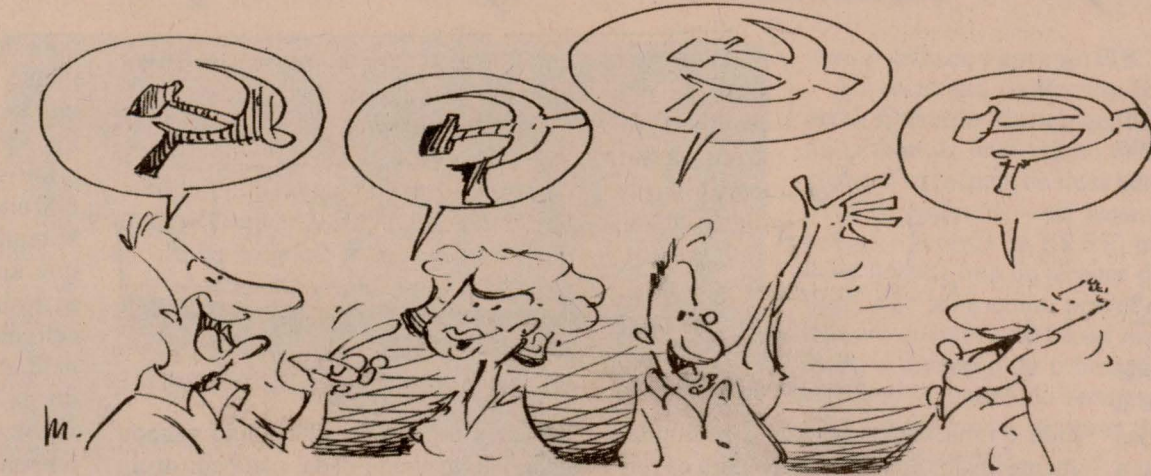
O alvo particular da ofensiva ideológica neoliberal é o socialismo e seus defensores consequentes, os comunistas. O que os principais economistas burgueses têm escrito sobre a situação de crise da economia internacional atual está invariavelmente eivado de ataques às experiências passadas e presentes de construção socialista; como se quisessem demonstrar: admitimos que o capitalismo está muito doente, mas não há alternativa melhor.

Isso visa descredenciar aqueles que resistiram, mantendo-se fiéis aos princípios do socialismo científico, impedindo-os de tornarem-se referências de massa, capazes de organizar contingentes maiores em torno de suas alternativas ao *status quo*.

Todos estes fatores agem no sentido da dispersão dos trabalhadores de uma maneira geral e de sua parcela mais consciente e combativa de maneira particular. Dispersos são mais facilmente manipulados pelos interesses do capital.

OB, peça-chave da luta política de massas

O Partido Comunista do Brasil luta para ser um elemento orientador da transformação política revolucionária protagonizada pelas massas de milhões de trabalhadores. A base organizada do



Partido é o instrumento **singular e especial** de fazer política entre as massas, que o difere de todos os outros partidos políticos no campo da burguesia ou da pequeno-burguesia, cuja concepção é de uma atividade política restrita, feita por uns poucos ao nível do parlamento.

Um partido comunista só pode cumprir seu papel se luta permanentemente para elevar o nível de consciência de setores mais amplos de massa ao nível da vanguarda e o Partido só consegue infundir consciência política às massas **através** de suas bases. Além disso, a base organizada dá à atividade política o caráter unitário, planejado, que necessita para fazer frente a uma classe dominante poderosa.

Quanto à **luta eleitoral**, a experiência é significativa: nos lugares onde o Partido atua através de suas bases organizadas pode-se planejar a campanha e fazer previsão de votos a serem conquistados; nos lugares onde não há bases do Partido, os resultados eleitorais ficam ao sabor da influência difusa da propaganda e são dificilmente mensuráveis.

Por outro lado, a **grave crise econômica e política** pela qual passa o Brasil coloca aos comunistas novas e maiores responsabilidades, num ambiente em que a organização comunista de base pode se desenvolver mais rapidamente na crítica à crise e na denúncia da prática política das classes dominantes; como centro irradiador e aglutinador da luta contra o neoliberalismo, por alternativas mais imediatas no sentido democrático, de conquista e preservação dos direitos dos trabalhadores; como coletivo portador de uma saída de superação do capitalismo pelo socialismo.

Por isso, a direção do Partido vem insistindo na necessidade de fortalecer e ampliar a base militante do Partido, transformando as **OBs em peças-chave** da atividade e da vida do Partido Comunista do Brasil. Em outras palavras, é a luta para que nenhum comunista fique fora de uma OB do Partido.

Além dos elementos mais gerais, a realidade política de cada local tem uma série de particularidades que precisam ser levadas em conta pelos comunistas que ali atuam. A discussão política na célula deve **partir dos problemas locais**, definindo planos de atuação na área em que ela se localiza.

Nos bairros, por exemplo, temas candentes, como drogas, desemprego e violência, afetam profundamente a população, sobretudo a juventude. O Partido,

para se enraizar entre as massas, tem de se posicionar sobre eles, criticando essas manifestações da degenerescência capitalista e buscando soluções solidárias que ajudem o povo a encontrar uma outra perspectiva.

A base comunista, organismo político

A OB, como um organismo vivo, precisa de atividade para se desenvolver. Essa atividade pode ser resumida nestas **atitudes** que sintetizam a razão de ser comunista:

1 – **Mobilização política** dos trabalhadores e do povo em geral nos lugares em que as OBs estão organizadas; mobilização em torno dos problemas e bandeiras de luta nacionais, articulados com os problemas locais.

2 – **Propaganda** dos materiais do Partido: jornal **A Classe Operária**, revista **Princípios**, jornais e panfletos dos Comitês do Partido. Uma OB mais estruturada e vinculada ao povo precisa ter seus próprios materiais de divulgação.

3 – **Filiação** de novos lutadores, nos moldes em que se coloca a filiação atual: no fogo da luta, a pessoa entra no Partido e começa a participar da vida da OB; cria de imediato um vínculo com o Partido: recebe e divulga materiais, contribui financeiramente, cadastra-se, reúne-se etc.

4 – **Trabalho de finanças** dentro do esforço que se faz atualmente pela valorização da contribuição militante.

5 – **Trabalho de formação** em cursinhos básicos, em atividades culturais, em sessões de leitura dos documentos do Partido.

O **perfil** de uma OB comunista deve ser de um coletivo consciente, de vanguarda e, ao mesmo tempo, profundamente integrado à vida dos trabalhadores e do povo. Elemento de rebeldia e luta contra a situação vigente e ao mesmo tempo espaço de uma prática solidária e fraterna.

Se o coletivo de base comunista pretende se inserir profundamente entre o povo, deve ser, além de centro de fazer política, lugar em que as pessoas possam aprender, trocar experiências, participar de atividades culturais, festivas, de lazer e artísticas, através de oficinas, apresentações etc.

A OB, para agir nesse sentido, precisa de uma sede ou pelo menos um lugar de referência, onde possa fazer reuniões e ter discussões permanentes. Nesses encontros as opiniões dos mili-

tantes são ouvidas e tomadas as decisões. Ou seja, a OB é o espaço para uma prática democrática onde a **unidade na atividade** é garantida pelo respeito à opinião da maioria e às decisões do Partido. As reuniões precisam ser convocadas com antecedência, em local e horário que permitam a maior participação possível dos filiados.

A base comunista precisa fazer parte da paisagem local, como se diz. O coletivo comunista, com identidade própria, deve conquistar seu espaço, adquirir respeito, ser encarado como algo necessário à comunidade que busca afirmar sua cidadania.

Comitês devem organizar as bases do Partido

O Partido tem atualmente centenas de **Comitês Municipais e Distritais** compostos por aproximadamente 5 mil camaradas. A esse grande patrimônio de dirigentes do PCdoB cabe organizar as bases do Partido. Sem que eles estejam convencidos da necessidade da organização das bases do Partido, sua função de comitês dirigentes intermediários fica sem sentido.

A experiência recente mostra que, onde os Comitês Estaduais do Partido investem na construção dos Comitês Municipais e Distritais, eles têm desafiado as dificuldades e obtido sucesso na organização de bases do Partido.

Do ponto de vista prático, em primeiro lugar tem de se “descobrir” e pôr em movimento os comunistas mais interessados, em torno dos quais irão se aglutinar os outros militantes. Os **pivôs**, como têm sido chamados esses camaradas, fazem o papel de ligação entre os Comitês e o conjunto da militância na base. Organizam a atividade política local, a distribuição dos materiais básicos de propaganda do Partido, recolhem as contribuições e assim por diante.

Para que o pivô possa desempenhar sua função, é fundamental que ele conheça seus companheiros de base, saiba onde encontrá-los, seus endereços e outras referências para que possa mobilizá-los. A ficha de filiação ajuda muito nesse sentido, pois funciona também como cadastro, com grande volume de dados sobre cada filiado. Esse é o caminho para a organização do coletivo de base.

Atingido o funcionamento da OB, deve-se de imediato **eleger uma direção** composta pelos

camaradas que se responsabilizam pelas tarefas de mobilização e articulação política, de comunicação, de organização, de formação e de finanças.

Tipos de OB do Partido

O modelo tradicional de OB dos partidos comunistas é por local de trabalho, de moradia e de estudo. Em casos especiais, o Estatuto do Partido prevê por setor de atividade.

O Partido não pode se desenvolver e se ligar politicamente às massas locais se sua base não adquire **vida política e iniciativa próprias**, ficando sempre na dependência do organismo superior, só se reunindo, discutindo ou fazendo qualquer ação prática quando convocada pelos comitês intermediários.

A prática de funcionamento em plenárias e organização por categoria se transformou em empecilho para que o Partido continue crescendo, se enraizando em múltiplos lugares e estendendo sua atividade política num raio mais amplo. Por isso mesmo, precisa ser superada.

O PCdoB conseguiu se fazer presente em alguns setores importantes, como, por exemplo, no ramo de transportes em SP, montadoras em Minas e metalúrgicas no Rio. No entanto os resultados são ainda modestos e a experiência dos últimos anos mostra que não é fácil a concretização deste objetivo comparativamente com a organização das bases partidárias em bairros e escolas.

É preciso um plano de implantação, que leve em conta prioridades, ao qual se destinem recursos humanos e materiais. Para levar a bom termo a construção da célula de base na empresa, deve-se considerar duas formas combinadas de abordagem: 1 – no interior da empresa, o trabalho deve ser cuidadoso e paciente, a fim de evitar perseguições e demissões, particularmente quando ainda não se tem a confiança de boa parte dos que aí trabalham e não se conseguiu qualquer forma de estabilidade legal; 2 – por fora da empresa, nas portarias e locais de encontro dos trabalhadores, deve-se atuar com suficiente material de propaganda de forma ostensiva, em articulação com o trabalho no interior.

Ao lado desse esforço, devemos persistir na organização de base dos comunistas nos bairros populares e estabelecimentos de ensino de diversos níveis. Assim o PCdoB avançará no sentido de se constituir como partido de massas, além do Partido de vanguarda que é, podendo alcançar a formação de fortes redutos de influência comunista. A organização partidária poderá evoluir ao patamar de um todo único, sua influência política crescerá entre os trabalhadores, porque o elemento consciente se fará mais presente entre as lutas do povo brasileiro.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grilobis

“Nenhum comunista sem Organização de Base” à Editora Anita Garibaldi, ao Comitê do PCdoB mais próximo.

FORMAÇÃO

Brasil, outros 500, outros heróis

BERNARDO JOFFILY*

Dois pontos de vista opostos estão presentes nos preparativos do Quinto Centenário do Brasil. E os dois estão errados.

A visão oficial-conservadora: Qual descobrimento, cara-pálida?

A opinião mais em evidência pode ser chamada oficial-conservadora: é a ótica do governo, da elite, da mídia e das agências de publicidade. Ela escolheu a caravela como símbolo e tudo que mostra tem um cheirinho de mofo

Para começar, é **eurocêntrica**: enxerga tudo pela ótica do estrangeiro e nunca pela do Brasil. O próprio termo "descobrimento" denuncia essa visão. Qual descobrimento, cara-pálida? Quando Cabral chegou a estas terras, elas já eram habitadas há 12 mil anos, talvez 48 mil! O descobrimento de Cabral foi, no máximo, para a Europa. E mesmo este é duvidoso, pois tudo indica que outros europeus – como Duarte Pereira e Vicente Pinzón – já tinham andado por aqui.

A posição oficial-conservadora também é **acrítica**. Não dá atenção às contradições, aos conflitos, às lutas, e reserva ao povo um papel de simples espectador. Em consequência, além de distor-

cida é uma visão chapada e profundamente chata. Só abre espaço para os reis e presidentes. Maquia cuidadosamente os seus heróis, heróis das classes dominantes, escondendo os defeitos, exagerando ou inventando qualidades (veja o quadro 1).

Será que em cinco séculos nosso povo nada conquistou?

O ponto de vista oposto tem o mérito de ser crítico: procura tomar o partido dos oprimidos e injustiçados. Não há como negar suas boas intenções. Mas, ao deitar fora a água do banho, ele joga junto a criança, a preciosa criança que é o Brasil. Só tem olhos para as vezes em que nos derrotaram, nos escravizaram, nos humilharam e enganaram – e é verdade que não foram poucas. Mas será que em

500 anos o povo brasileiro não ganhou nada, não avançou nada, nada construiu ou conquistou? Essa mesma visão vesga levou, em 1992, um grupo de mexicanos a destruir uma estátua de Cristóvão Colombo. Mais que um ato de vandalismo, foi uma profunda injustiça histórica.

A posição que ajuda a entender o quinto centenário não é nem uma, nem outra, nem uma média das duas. Precisa ser brasileira, crítica e popular. Precisa descobrir a verdadeira história do nosso povo, que a bolorenta história oficial tenta esconder e difamar. Precisa falar dos outros 500, dos outros heróis, os nossos, os verdadeiros, que apesar dos pesares, aos trancos e barrancos, conquistaram tudo o que temos, da Independência ao décimo-terceiro salário e da liberdade de greve ao direito a férias.

Ao contrário do que muitos dizem, o povo brasileiro não é acomodado

Descobrir esta história escondida também é um gesto de combate. A visão oficial-conservadora calunia as nossas lutas, até nos nomes que dá a elas. Por que a Inconfidência Mineira de 1789 se chama *inconfidência* (que quer dizer *infidelidade, deslealdade*)? Porque o nome foi dado pela coroa portuguesa. Por que o nome da *Revolta dos Alfiates* de 1798 na Bahia? Porque dessa forma a elite tentou desqualificar os revoltosos como simples trabalhadores e portanto – para ela – desprezíveis. A mesma explicação vale para a Revolução *Farroupilha* dos gaúchos, coisa de esfarrapados. Ou a *Cabanagem*, dos moradores das cabanas da Amazônia. Ou a *Balaiaida*, cujo líder vivia de fabricar cestos. Já no nosso século, chegaram ao ponto de se inventar uma palavra que só tem um uso: injuriar o levante nacional-libertador de 1935, apelidado *Intentona* Comunista. A ditadura militar usava o mesmo truque baixo ao chamar seus opositores de *terroristas*.

Quem for garimpar a verdadeira história destes 500 anos terá uma grata surpresa: o povo brasileiro **não é acomodado**, ao contrário do que muitos dizem, por inocência ou má fé. Temos cinco séculos de lutas incessantes, desde a Guerra dos Tamoios contra a escravidão, em 1555, até a Marcha dos Cem Mil pelo Brasil, no último 26 de agosto.

Milhares de heróis e heroínas, Filhos de um grande herói coletivo

As lutas são tantas que o Centro de Estudos Sindicais (CES) e o Instituto Maurício Grabois (IMG) estão elaborando para o ano que vem uma agenda de tipo especial. Em cada dia estão registrados os movimentos ocorridos naquela data ao longo da história do Brasil. São mais de 3 mil eventos – revoltas, revoluções, insurreições de escravos, quilombos e guerras indígenas, greves que fizeram tremer os poderosos, manifestações de rua, ocupações de terras. De-

pois desse levantamento, reconhecida-mente incompleto, vai ficar difícil falar em acomodação.

Em todas estas batalhas nasceu e criou-se o grande herói coletivo destes 500 anos – o povo brasileiro. E forjaram-se também incontáveis heróis e heroínas que ajudaram a trajetória popular. Na maioria são nomes desconhecidos, exceto para um ou outro estudioso: Aimberê, o chefe tamoio, morto e decapitado na batalha de Uruçumirim (1567). Ajuricaba, que rebelou o Amazonas sob o lema "esta terra tem dono" e atirou-se às águas do grande rio para não ser preso (1727). O pardo escravo Luís da França Pires, condenado à forca pela *Revolta dos Alfiates* na Bahia, que escapou do cárcere para a fúria dos seus carrascos (1799). O clarividente Preto Cosme (veja o quadro 2). Theodor Hertzl, líder da revolta dos colonos de Ibicaba contra a "nova escravidão", em Limeira, São Paulo, 1856. O operário paulistano Antonio Martínez, 22 anos, cujo assassinato pela polícia inflama a Greve Geral de 1917. Ou Osvaldão e Dina, guerrilheiros do Araguaia de pontaria e generosidade legendárias.

No quinto centenário do Brasil, é tempo de descobrirmos estas histórias magníficas, estes personagens de romance, de filme, da odisséia do povo brasileiro. E de fazermos com eles o que fizemos em 1995 com Zumbi (veja o quadro 3). Eles merecem. Seguindo e prosseguindo o caminho deles – e delas! – ainda faremos desta terra um grande país.

*Artigo originalmente publicado na Revista do Sintaema/SP

Quadro 1



Como a elite maquia seus heróis

O quadro acima, de Pedro Américo, é um ótimo exemplo de como a elite maquia os seus heróis. Dom Pedro montava uma mula gateada (amarelada), que virou um garanhão castanho. Os soldados usavam o modesto pequeno uniforme, que virou farda de gala. O vale do Ipiranga virou morro. Pelo que indicam as fontes mais sérias, a escala à beira do riacho, longe deste visual heróico, deveu-se a uma diarreia que castigava as tripas do príncipe...

Bem mais grave que essas mentiri-

nhas é tentar fazer de D. Pedro I o grande herói da Independência. No dia 22 de setembro, duas semanas depois do Grito, ele ainda assinava uma carta ao pai dizendo-se *súdito* de Portugal. O fim do domínio português foi um processo muito mais longo e complexo. Começou bem antes, em 1808, com a vinda da família real. E acabou muito depois, em 1831, com um levante do povo e da tropa contra a tirania, que arrancou do trono o mesmíssimo dom Pedro II!

Quadro 2

Uma estátua para o Preto Cosme

Cosme Bento das Chagas, o *Preto Cosme* (mais um apelido preconceituoso dos historiadores da elite dominante) raramente consegue uma nota de rodapé nos livros da história oficial. No entanto, merece uma estátua.

Ele era escravo no Maranhão: fugiu. Aprisionaram-no, condenaram-no à forca: fugiu de novo. Formou um quilombo com 3 mil moradores, nas cabeceiras do rio Preto. Não se limitou à luta defensiva no quilombo: aderiu à Balaiaida, grande rebelião do povo pobre do Maranhão e parte do Piauí em 1838-1842. O tenen-

te-coronel Lima e Silva (futuro duque de Caxias), enviado para reprimir a Balaiaida, chamava-o "o infame Cosme", pois manteve a resistência até o fim, até ser preso e enforcado, em setembro de 1842.

Mas o *Preto Cosme* tinha bem mais que bravura e firmeza. Num tempo em que os escravos, e os leprosos, eram proibidos por lei de estudar, ele enxergou que o saber também era uma arma. Em seu quilombo, ao lado dos piquetes guerrilheiros, criou também uma escola. Quanta visão! Merece uma estátua! Um dia, há de tê-la!

Quadro 3

A ressurreição de Zumbi

Zumbi dos Palmares foi delatado e morto em 1695.

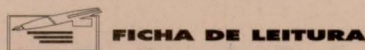
Teve a cabeça cortada, salgada e levada ao governador de Pernambuco, com o pênis dentro da boca. Por três séculos foi tratado como um bandido, no máximo uma curiosidade. Ainda em 1994 o professor Bóris Fausto, amigo e fã de FHC, dedicou 5 linhas a Palmares, e nenhuma a Zumbi, em 650 páginas de sua *História do Brasil*. O herói era Domingos Jorge Velho, destruidor de Palmares.

Isso mudou. Em 1995, nos 300 anos da morte de Zumbi, o povo trouxe de volta à vida este herói dos que lutam pela liberdade. O movimento envolveu desde a CUT até a ala avançada da intelectualidade, e por fim ocupou até a tevê. Com 300 anos de atraso, Zumbi ganhou status de herói e até estátua.

Portanto, agüentem firme, heróis esquecidos. O povo brasileiro haverá de resgatá-los, um a um. E não o fará por apego ao passado, mas sim porque vocês fazem parte de uma caminhada que continua, pelo futuro, até a vitória.



FORMAÇÃO



O imperialismo, etapa superior do capitalismo – Lênin (2ª parte)

[Obras Escolhidas, tomo I, págs. 575 a 671]

DILERMANDOTONI

1 - O monopólio: essência econômica do imperialismo

Na opinião de Lênin a “transformação da concorrência em monopólio constitui um dos fenômenos mais importantes – para não dizer o mais importante – da economia do capitalismo dos últimos tempos”. Ele partia dos dados estatísticos do desenvolvimento capitalista na Alemanha, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha verificando o “processo notavelmente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores”.

Lênin polemizava com os economistas burgueses que viviam dizendo que o “marxismo foi refutado” na análise do desenvolvimento capitalista: “A ciência oficial procurou aniquilar, por meio da conspiração do silêncio, a obra de Marx, que tinha demonstrado, com uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu desenvolvimento, conduz ao monopólio. Agora o monopólio é um fato”. (*O Imperialismo...*, p. 590)

O resumo da história dos monopólios foi assim descrito por Lênin: “1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo.” (*O Imperialismo...*, p. 591).

Lênin analisou os monopólios em importantes ramos da indústria, como petróleo, química, aço, carvão, tabaco na Alemanha e nos Estados Unidos vendo que eles tomavam a forma de cartéis e de trustes, em cujas mãos “concentram-se freqüentemente sete ou oito décimas partes de toda a produção de um determinado



ramo industrial (...) os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamento, etc. Repartem os mercados de venda. Fixam quantidades de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas etc.” (*O Imperialismo...*, pp. 591 e 592).

Os métodos “modernos e civilizados” pelos quais os monopolistas colocavam os outros setores da economia sob o seu jugo são bem diferentes da luta da concorrência tradicional entre pequenas e grandes empresas: controle das fontes de matérias-primas, da mão-de-obra, dos meios de transporte, diminuição dos preços, controle do crédito, controle dos compradores, declaração de boicote, etc.

Lênin destacou, logo no I capítulo de *O Imperialismo...*, duas conseqüências fundamentais do predomínio dos monopólios: 1 – “um gigantesco progresso na socialização da produção” (p. 593) e, 2 – que “a supressão das crises pelos cartéis é uma fábula dos economistas burgueses que (...) pelo contrário, o monopólio que se cria em certos ramos da indústria aumenta e agrava o caos próprio de **todo** o sistema da produção capitalista no seu conjunto.” (p. 596, grifos de Lênin). Mais à frente procurará retirar todas as conclusões políticas e históricas destes fatos.

2 - O capital financeiro

Os capítulos II e III do livro de Lênin são dedicados ao estudo do crescimento e da concentração do capital bancário, à sua junção com o capital industrial, dando origem ao capital financeiro

ro e à oligarquia financeira, expressão social deste processo ao nível das frações da burguesia.

Os bancos transformaram-se, constata Lênin, “de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países”. (*O Imperialismo...*, p. 597)

A fim de demonstrar sua tese, Lênin analisa a evolução do sistema bancário da Alemanha, França, Inglaterra das últimas décadas do século XIX à primeira década do século XX, em itens tais como ativos, concentração de depósitos, número de agências, número de contas correntes, participação acionária de alguns bancos no capital de outros etc.

A concentração do capital bancário e o aumento do movimento dos bancos provocou uma importante modificação na economia capitalista. Houve um estreitamento da relação dos bancos com a indústria e o comércio e, nessa relação, os bancos assumiram um papel de dominação sobre o resto da economia. Lênin descreveu assim esse fenômeno: “um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições (...) primeiro de **conhecer com exatidão** a situação dos diferentes capitalistas, depois de **controlá-los**, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente **decidir inteiramente** sobre o seu desti-

no, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções etc.” (*O Imperialismo...*, p. 601, grifos de Lênin).

O processo de predomínio do bancos consumou-se na passagem do século XIX para o século XX através de grandes **fusões** de empresas nas quais parte cada vez maior do capital industrial passa a ter **participação acionária** dos bancos. Estes, por sua vez, investem na indústria. A síntese desse fenômeno é feita por Lênin da seguinte maneira: “Concentração da produção; monopólios que daí resultam; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro...” (*O Imperialismo...*, p. 610).

Aos monopólios financeiros correspondia, na estrutura das classes, a **oligarquia financeira**, nova fração da burguesia que passa a ser dominante sobre toda a sociedade capitalista. Lênin assim vê o desenvolvimento, os meios e as formas desse processo econômico e social: “O capital financeiro, concentrado em muito poucas mãos e gozando do monopólio efetivo, obtém um lucro enorme, que aumenta sem cessar com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas”. Logo depois destacava: “Os lucros excepcionais proporcionados pela emissão de valores, como uma das operações principais do capital financeiro, contribuem muito para o desenvolvimento e consolidação da oligarquia financeira”. (*O Imperialismo...*, pp. 615 e 616).

Ao lado disso Lênin descreve com detalhes outras formas que a oligarquia financeira utiliza para fortalecer seus lucros como a aquisição pelos bancos, a baixo preço, em períodos de depressão, de pequenas empresas e empresas pouco fortes, ou ainda a especulação com terrenos situados nos subúrbios das grandes cidades que crescem rapidamente.

Lênin destaca com grande propriedade a relação entre o capital produtivo (investimentos na indústria) e o capital especulativo (operações bolsistas e financeiras) na nova situação: “É próprio do capitalismo em geral separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção, separar o capital-dinheiro do indus-

trial ou produtivo, separar o *rentier*, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do empresário e de todas as pessoas que participam diretamente da gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas. O predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do *rentier* e da oligarquia financeira, a situação destacada de uns quantos Estados de ‘poder’ financeiro em relação a todos os restantes” (*O Imperialismo...*, p. 619). *Rentier* é sinônimo de especulador.

3 - A exportação de capitais

Prosseguindo a análise das peculiaridades da nova fase do desenvolvimento capitalista, Lênin dedica o capítulo IV de *O Imperialismo...* à exportação de capitais: “O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de **mercadorias**. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de **capital**”. (p. 621, grifos de Lênin).

Lênin toma como base o fato de que, no limiar do século XX, estava dada uma “situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constitui-se um enorme ‘excedente de capital’ nos países avançados”. (*O Imperialismo...*, p. 621).

Daí a **necessidade** de que esse capital excedente fosse exportado em busca de uma colocação lucrativa. A **possibilidade** da exportação de capitais vinha do fato de existirem países onde “os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas (...) já incorporados na circulação do capitalismo mundial” (p. 622), onde já havia se construído uma base de transportes e condições elementares para o desenvolvimento industrial.

Estudando os casos de países exportadores e de países tomadores de capitais, Lênin destacava duas formas em que isso se dava: os investimentos diretos em empresas e os empréstimos a juros, de fonte pública ou privada, também chamado de capital usurário.

Assim é que, ao atingir proporções gigantescas a exportação de capitais se constituía numa “sólida base para o jugo e exploração imperialista da maioria dos países e nações do mundo, para o parasitismo capitalista de um punhado de Estados riquíssimos!” Ao mesmo tempo em que repercutia “no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente (...) (provocando) um alargamento e um aprofundamento maiores do desenvolvimento do capitalismo em todo o mundo”. (*O Imperialismo...*, pág. 623)

A CLASSE OPERÁRIA



15 edições = R\$ 15,00

Pagamento:

- cheque nominal Vale postal nº
 dinheiro Depósito na conta Ag.0251
 Cartão nº C/C 48676-7 Banco Itaú
Validade

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP,
Tel. 0_11 3104-4140, e-mail: classeop@ruralsp.com.br

Data da assinatura: ____ / ____ / ____

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

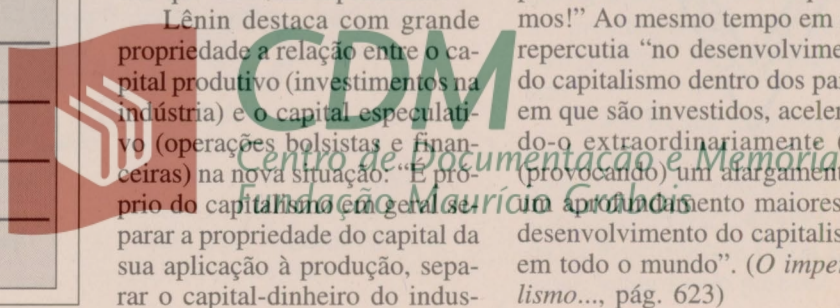
CEP: _____

UF: _____

Data de nascimento: ____ / ____ / ____

Tel.: () _____

Profissão: _____



O deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB/SP) apresentou projeto de lei para proteger a língua portuguesa da degradação a que está sendo submetida por estrangeirismos, provenientes sobretudo do inglês. Esta foi a justificativa do deputado comunista para o seu projeto:

A História nos ensina que uma das formas de dominação de um povo sobre outro se dá pela imposição da língua. Por quê? Porque é o modo mais eficiente, apesar de geralmente lento, para impor toda uma cultura – seus valores, tradições, costumes, até mesmo o modelo socioeconômico e o regime político.

Foi assim no antigo oriente, no mundo greco-romano e na época dos grandes descobrimentos. E hoje, com a marcha acelerada da globalização, o fenômeno parece se repetir, claro que de modo não violento; ao contrário, dá-se de maneira insinuante, mas que não deixa de ser imperitante e insidiosa, o que o torna preocupante, sobretudo quando se manifesta de forma abusiva, muitas vezes enganosa, e até mesmo lesiva à língua como patrimônio cultural.

De fato, estamos a assistir a uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa, tal a invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos – como *holding*, *recall*, *franchise*, *coffee-break*, *self-service* – e de aportuguesamentos de gosto duvidoso, em geral despropositados – como *startar*, *printar*, *bidar*, *atachar*, *database*. E isso vem ocorrendo com voracidade e rapidez tão espantosas que não é exagero supor que estamos na iminência de comprometer, quem sabe até truncar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às palavras e expressões importadas, em geral do inglês norte-americano, que dominam o nosso cotidiano, sobretudo a produção, o consumo e a publicidade de bens, produtos e serviços, para não falar das palavras e expressões estrangeiras que nos chegam pela informática, pelos meios de comunicação de massa e pelos modismos em geral.

Ora, um dos elementos mais marcantes da nossa identidade nacional reside justamente no fato de termos um imenso território com uma só língua, esta plenamente compreensível por todos os brasileiros de qualquer rincão, independentemente do nível de instrução e das peculiaridades regionais de fala e escrita. Esse – um autêntico milagre brasileiro – está hoje seriamente ameaçado.

Que obrigação tem um cidadão brasileiro de entender, por exemplo, que uma mercadoria *on sale* significa que esteja em liquidação? Ou que *50% off* quer dizer 50% a menos no preço? Isso não é apenas abusivo; tende a ser enganoso. E à medida que tais práticas se avolumam (atualmente de uso corrente no comércio das grandes cidades), tornam-se também danosas ao patrimônio cultural representado pela língua.

O absurdo da tendência que está sendo exemplificada permeia até mesmo a comunicação oral e escrita oficial. É raro o documento que sai impresso, por via eletrônica, com todos os sinais gráficos da nossa língua; até mesmo numa cédula de identidade ou num talão de cheques

Em defesa da língua PORTUGUESA



estamos nos habituando com um “Jose” – sem acentuação! E o que falar do serviço de *clipping* da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, ou da *newsletter* da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, ou, ainda, das milhares de máquinas de *personal banking* do Banco do Brasil – **Banco DO BRASIL** – espalhadas por todo o país?

O mais grave é que contamos com palavras e expressões na língua portuguesa perfeitamente utilizáveis no lugar daquelas (na sua quase totalidade) que nos chegam importadas, e são incorporadas à língua falada e escrita sem nenhum critério lingüístico, ou, pelo menos, sem o menor espírito de crítica e de valor estético.

O nosso idioma oficial (Constituição Federal, art.13, **caput**) passa, portanto, por uma transformação sem precedentes históricos, pois que esta não se ajusta aos processos universalmente aceitos, e até desejáveis, de evolução das línguas, de que é bom exemplo um termo que acabo de usar – **caput**, de origem latina, consagrado pelo uso desde o Direito Romano.

Como explicar esse fenômeno indesejável, ameaçador de um dos elementos mais vitais do nosso patrimônio cultural – a língua materna –, que vem ocorrendo com intensidade crescente ao longo dos últimos 10 a 20 anos? Como explicá-lo senão pela ignorância, pela falta de senso crítico e estético, e até mesmo pela falta de auto-estima?

Parece-me que é chegado o momento de romper com tamanha complacência cultural, e, assim, conscientizar a nação de que é preciso agir em prol da língua pátria, mas sem xenofobismo ou intolerância de nenhuma espécie. É preciso agir com espírito de abertura e criatividade, para enfrentar – com conhecimento, sensibilidade e altivez – a inevitável, e claro que desejável, interpenetração cultural que marca o nosso tempo globalizante. Esse é o único modo de participar de valores culturais globais sem comprometer os locais.

A propósito, MACHADO DE ASSIS, nosso escritor maior, deixou-nos, já em 1873, a seguinte lição: “Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e cos-

tumes. Querem que a nossa pare no século de quinhentos é um erro igual ao de afirmar que a sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas. A este respeito a influência do povo é decisiva. Há, portanto, certos modos de dizer, locuções novas, que de força entram no domínio do estilo e ganham direito de cidade.” (IN: CELSO CUNHA, *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1981, p. 25 – na ortografia original de 1968).

Os caminhos para a ação, desde que com equilíbrio machadiano, são muitos, e estão abertos, como apontado por EDIRUALD DE MELLO, no seu artigo *O português falado no Brasil: problemas e possíveis soluções*, publicado em **CADERNOS ASLEGIS**, nº 4, 1998.

O Projeto de Lei que ora submeto à apreciação dos meus nobres colegas na Câmara dos Deputados representa um desses caminhos.

Trata-se de proposição com caráter geral, a ser regulamentada no pormenor que vier a ser considerado como necessário. Objetiva promover, proteger e defender a língua portuguesa, bem como definir o seu uso em certos domínios socio-culturais, a exemplo do que tão bem fez a França com a Lei nº 75-1349, de 1975, substituída pela Lei nº 94-665, de 1994, aprimorada e mais abrangente.

Quer-me parecer que o projeto de lei proposto trata com generosidade as exceções, e ainda abre à regulamentação a possibilidade de novas situações excepcionais. Por outro lado, introduz as importantes noções de prática abusiva, prática enganosa e prática danosa, no tocante à língua, que poderão representar eficientes instrumentos na promoção, na proteção e na defesa do idioma pátrio.

A proposta em apreço tem cláusula de sanção administrativa, em caso de descumprimento de qualquer uma de suas provisões, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis; e ainda prevê a adoção de sanções premiais, como incentivo à reversão espontânea para o português de palavras e expressões estrangeiras correntemente em uso.

Nos termos do projeto de lei ora apre-

sentado, à Academia Brasileira de Letras continuará cabendo o seu tradicional papel de centro maior de cultivo da língua portuguesa do Brasil.

O momento histórico do país parece-me muito oportuno para a atividade legislativa por mim encetada, e que agora passa a depender da recepção compreensiva e do apoio decisivo da parte dos meus ilustres pares nesta Casa.

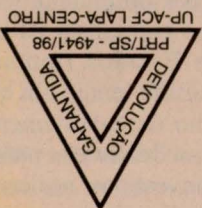
A afirmação que acabo de fazer deve ser justificada. Primeiramente, cumpre destacar que a sociedade brasileira já dá sinais claros de descontentamento com a descaracterização a que está sendo submetida a língua portuguesa frente à invasão silenciosa dos estrangeirismos excessivos e desnecessários, como ilustram pronunciamentos de lingüistas, escritores, jornalistas e políticos, e que foram captados com humor na matéria *Quero a minha língua de volta!*, de autoria do jornalista e poeta José Enrique Barreiro, publicada há pouco tempo no *Jornal do Brasil*.

Em segundo lugar, há de ser lembrada a reação positiva dos meios de comunicação de massa diante da situação que aqui está sendo discutida. De fato, nunca se viu tantas colunas e artigos em jornais e revistas, como também programas de rádio e televisão, sobre a língua portuguesa, especialmente sobre o seu uso no padrão culto; nesse sentido, também é digno de nota que os manuais de redação, e da redação, dos principais jornais do país se sucedam em inúmeras edições, ao lado de grande variedade de livros sobre o assunto, particularmente a respeito de como evitar erros e dúvidas no português contemporâneo.

Em, terceiro lugar, cabe lembrar que atualmente o jovem brasileiro está mais interessado em se expressar corretamente em português, tanto escrita quanto oralmente, como bem demonstra a matéria de capa – “A ciência de escrever bem” – da revista *Época* de 14/6/99.

Por fim, mas não porque menos importante, as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil se oferecem como oportunidade ímpar para que discutamos não apenas o período colonial, a formação da nacionalidade, o patrimônio histórico, artístico e cultural da sociedade brasileira, mas também, e muito especialmente, a língua portuguesa como fator de integração nacional, como fruto – tal qual a falamos – da nossa diversidade étnica e do nosso pluralismo racial, como forte expressão da inteligência criativa e da fecundidade intelectual do nosso povo.

Posto isso, posso afirmar que o projeto de lei ora submetido à Câmara dos Deputados pretende, com os seus objetivos, tão-somente conscientizar a sociedade brasileira sobre um dos valores mais altos da nossa cultura – a língua portuguesa. Afinal, como tão bem exprimiu um dos nossos maiores lingüistas, Napoleão Mendes de Almeida, no prefácio de sua *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* (28ª ed., São Paulo, Edição Saraiva, 1979), “conhecer a língua portuguesa não é privilégio de gramáticos, senão dever do brasileiro que preza sua nacionalidade. A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Como havemos de querer que respeitem a nossa nacionalidade se somos os primeiros a descuidar daquilo que a exprime e representa, o idioma pátrio?”.



IMPRESSO

CEP 01318-020 - São Paulo - SP

Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista

Centro de Documentação e Memória

Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA